



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

ANA CAROLINA BERNARDINO

**PICHAÇÃO E DESOBEDIÊNCIA: CONTRAÇÃO E/OU  
ATO REVOLUCIONÁRIO?**

---

Londrina  
2023

ANA CAROLINA BERNARDINO

**PICHAÇÃO E DESOBEDIÊNCIA: CONTRAÇÃO E/OU  
ATO REVOLUCIONÁRIO?**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do Título de Doutora em Estudos da Linguagem.

Orientadora: Profa. Dra. Rosemeri Passos Baltazar Machado.

Londrina  
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

B523p BERNARDINO, ANA CAROLINA.  
PICHANÇA E DESOBEDIÊNCIA: CONTRAÇÃO E/OU ATO  
REVOLUCIONÁRIO? / ANA CAROLINA BERNARDINO. - Londrina, 2023.  
103 f.

Orientador: ROSEMERI PASSOS BALTAZAR MACHADO.  
Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de  
Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação  
em Estudos da Linguagem, 2023.  
Inclui bibliografia.

1. Aspectos ideológicos - Tese. 2. Discurso Urbano - Tese. 3. Pichação -  
Tese. 4. Desobediência - Tese. I. MACHADO, ROSEMERI PASSOS BALTAZAR.  
II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas.  
Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. III. Título.

CDU 8

ANA CAROLINA BERNARDINO

**PICHAÇÃO E DESOBEDIÊNCIA: CONTRAVENÇÃO E/OU  
ATO REVOLUCIONÁRIO?**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do Título de Doutora em Estudos da Linguagem.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professora Doutora Rosemeri Passos  
Baltazar Machado  
Professora Orientadora  
Universidade Estadual de Londrina

---

Professora Doutora Isabel Cristina Cordeiro  
Universidade Estadual de Londrina

---

Professora Doutora Lolyane Cristina  
Guerreiro de Oliveira  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Professora Doutora Dantielli Assumpção  
Garcia  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná –  
UNIOESTE

---

Professora Doutora Greciely Cristina da  
Costa  
Universidade Estadual de Campinas -  
UNICAMP

Londrina, 23 de março de 2023.

*Dedico essa tese aos que sempre estiveram ao meu lado, por todo apoio, cuidado e, principalmente, paciência. Com muito carinho, amor e luta vocês me ajudaram a chegar até aqui, estiveram presente e acreditaram no meu melhor.*

## AGRADECIMENTOS

Antes de tudo agradeço a **Deus**, que permitiu que eu tivesse força e empenho para chegar até aqui. Minha fé me fez mais forte e, quando fortes, vencemos todas as batalhas. Agradeço por me dar forças para vencer cada sacrifício. Ele é o maior mestre que alguém pode ter.

*Rendam graças ao Senhor, pois ele é bom; o seu amor dura para sempre (1 Crônicas 16:34).*

À **Universidade Estadual de Londrina**, que me proporcionou traçar um lindo caminho de aprendizado e experiência. Sou grata a todas as pessoas que ela me trouxe de presente, aos bons amigos que aqui construí e às boas relações que aqui firmamos. Aqui entrei para me graduar e graduei, para me especializar e especializei. Para ser mestre e mestre me tornei. Para ser doutora, e espero ser. E continuarei.

Agradeço à minha **Banca**, por todo respaldo, correções e apontamentos que fizeram meu trabalho ser muito melhor.

Agradeço, em especial, à minha orientadora, **Rosemeri Passos Baltazar Machado**, por todo suporte, correções, incentivo e empenho dedicado à elaboração desta tese. Junto a ela, de maneira especial, agradeço, também, um presente querido que essa Universidade me deu: **Esther Gomes de Oliveira**. Vocês foram a esperança quando já não existia mais, vocês foram apoio e certeza quando tudo parecia não funcionar. Agradeço, principalmente, pela amizade, levarei vocês para toda vida.

Agradeço à minha **família** por tudo que me ensinaram durante a vida e por todos os incentivos que me trouxeram até aqui. Agradeço pelas visitas, por estar aqui quando eu não pude estar lá. Sou grata pelo amor e apoio incondicional que recebi de vocês. Enquanto filha, devo tudo o que sou a vocês, porque se cheguei até aqui é porque vocês estiveram segurando minhas mãos.

Agradeço grandiosamente aos meus **amigos** – todos os meus amigos, seria injusto citar nomes – pela compreensão de noites sozinhas e pela paciência nas longas conversas teóricas. Agradeço o incentivo nas horas difíceis, de desânimo e de cansaço. Cada um, com sua importância, sabe do espaço que ocupou nessa trajetória.

Agradeço ao **Lucas**, o companheiro que escolhi para viver essa vida comigo. Eu devo agradecer por toda compreensão quando foi necessário me distanciar para conseguir concretizar esse sonho. Agradeço por tudo o que fez por mim durante esse período; mesmo sem pedir, ele estava ali, facilitando minha caminhada. Agradeço por compartilhar o mesmo sonho que eu e por ter abandonado um pouco dos seus sonhos para que o meu – que passou a ser nosso – fosse alcançado.

E a **todos** que, direta ou indiretamente, fizeram parte de mais essa conquista, gratidão.

*Gratidão é um agradecimento sincero. É o sentimento que nos torna menos egoístas.*

*“Acredite no improvável, acredite no impossível, enxergue o que ninguém vê, perceba o imperceptível e enfrente o que, para muitos, parece ser invencível”.*

Bráulio Bessa (2018, p.75).

BERNARDINO, Ana Carolina. **Pichação e desobediência**: contravenção e/ou ato revolucionário?. 2023. 103 f. Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

## RESUMO

Esta tese tem por objetivo, a partir do discurso urbano, mais especificamente, das pichações, analisar os aspectos ideológicos, bem como as condições de produção, nas relações das cenas enunciativas, seguindo a perspectiva teórica da Análise de Discurso, de linha francesa (AD), com a finalidade de estudar os diversos efeitos de sentidos que podem ser apreendidos desses discursos e, também, analisar o funcionamento da pichação como um gênero discursivo, uma vez que possibilita gestos de leitura e, ao mesmo tempo, destaca a polêmica, principalmente no que tange à temática social. De acordo com Orlandi (2015), os sentidos são os mais variados, porque cada sujeito estabelece uma relação diferente com esse gênero e, conseqüentemente, com a própria sociedade. Para que as palavras tenham sentidos, é necessário que elas façam sentido, que o sujeito possa compreender, a partir de suas condições, o efeito de cada discurso. Selecionamos quatro pichações, de diferentes localidades, como cópulas para esta análise, no intuito de evidenciar que os sentidos não são fixos, mas moventes, encaminhando as reflexões no sentido de pensar a pichação como uma manifestação revolucionária, de contradizer para alguns, mas que se relaciona com a contravenção, principalmente pela forma de manifestação e/ou circulação. Apresentamos, ao final, os efeitos de sentido produzidos pelas pichações, ressaltando os atravessamentos ideológicos que esse gênero discursivo carrega. Constatamos que os sentidos podem sempre ser um ou outro, e não há apenas um efeito possível, mas vários. Detectamos, ao longo das análises, que as condições de produção são fundamentais para a construção do significado a ser apreendido pelo sujeito, bem como a relação entre língua e história, pois sem o interdiscurso, muitos efeitos ficam à deriva. Portanto, as palavras só adquirem determinado sentido não somente por suas condições de produção, mas também por silenciamentos e abafamentos, ou seja, os sujeitos estão resistindo, estão lutando e estão buscando despertar reflexões sociais.

**Palavras-chave:** Aspectos ideológicos. Pichação. Polêmica. Desobediência. Discurso Urbano.

BERNARDINO, Ana Carolina. **Graffiti and Desobedience**: contravention and/or revolutionary act?. 2023. 103 p. Thesis (Doctoral degree in the Program of Post-Graduation in Language Studies) – State University of Londrina, Londrina, 2023.

### **ABSTRACT**

This thesis has the objective of, starting from the urban discourse, more specifically from graffiti, analysing the ideological aspects, as well as the production conditions, in the relations of the enunciation scenes, following the theoretical perspective of the French Discourse Analysis (DA), aiming to study the several effects of senses which can be apprehended from those discourses and, also, analyse the functioning of graffiti as a discourse genre, since it allows reading gestures and, at the same time, highlights controversy, mainly in regards to social themes. According to Orlandi (2015), the senses are most diverse, because each subject establishes a different relation to this genre and, consequently, to society itself. For the words to have sense, it is necessary that they make sense, that the subject can comprehend, based on its conditions, the effect of each discourse. We selected four pieces of graffiti, from different locations, as the corpus for this analysis, with the aim to make evident that the senses are not stationary, but moving, directing the reflections in the sense of considering graffiti as a revolutionary manifestation, of controversy to some, but which relates to contravention, mainly because of the form of manifestation and/or circulation. We present, at the end, the effects of sense produced by the graffiti, highlighting the ideological crossings that this genre carries. We verified that the senses can always be one or another, and that there is not only one possible effect, but many. We detected, along the analyses, that the conditions of production are fundamental to the construction of the meaning to be apprehended by the subject, as well as the relation between language and history, for without the interdiscourse, many effects become adrift. Therefore, the words only acquire a given sense not only by their production conditions, but also due to silencing and suppressing events, in other words, the subjects are resisting, they are fighting and are aimed at awakening social reflections.

**Key Words:** Ideological aspects. Graffiti. Controversy. Desobedience. Urban Discourse.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Aborto legal en el hospital.....	23
Figura 2 – On veut pas debattre/on veut decider .....	46
Figura 3 – Rua da língua.....	54
Figura 4 – <i>O caminho é só um: sempre em frente</i> .....	75
Figura 5 – <i>A rua grita o que o professor na sala de aula não pode falar...</i>	79
Figura 6 – <i>Un pratiota un idiota</i> .....	85
Figura 7 – <i>Il n’y a pas de revolte légale</i> .....	89
Figura 8 – <i>Resistência</i> .....	98

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise de Discurso
AAD69	Análise Automática do Discurso (1969)
AD1	Primeira Fase da Análise de Discurso
AD2	Segunda Fase da Análise de Discurso
AD3	Terceira Fase da Análise de Discurso
AIE	Aparelhos Ideológicos de Estado
ARE	Aparelhos Repressores de Estado
CP	Condição de Produção
CPs	Condições de Produção
FD	Formação Discursiva
FDs	Formações Discursivas
FI	Formação Ideológica
FIs	Formações Ideológicas

## SUMÁRIO

1 JUSTIFICATIVA .....	15
2 OBJETIVOS .....	17
2.1 Objetivo Geral.....	17
2.2 Objetivos Específicos.....	17
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E SELEÇÃO DE CÓRPUS .....	18
4 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO .....	20
CAPÍTULO I .....	22
REVISITANDO A ANÁLISE DE DISCURSO.....	22
1 PERCURSO HISTÓRICO DA ANÁLISE DE DISCURSO FRANCESA .....	22
1.1 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DO CÓRPUS.....	30
1.1.1 A exterioridade e os efeitos de sentido: a formação ideológica, a formação discursiva e as condições de produção .....	31
1.1.2 Efeitos do dizer: sujeito e <i>ethos</i> .....	37
CAPÍTULO II .....	42
A PICHANÇA ENQUANTO GÊNERO DISCURSIVO: OS GESTOS DE LEITURA .....	42
2.1 DISCURSO URBANO: A PICHANÇA.....	42
2.2 OS GÊNEROS DO DISCURSO .....	44
2.2.1 Constituição dos sentidos: cenas da enunciação .....	50
2.3 OS GESTOS DE LEITURA.....	55
2.3.1 Os ditos: memória discursiva, pré-construído e interdiscurso.....	55
2.3.2 Os não ditos e os silêncios no jogo da resignificação .....	58
CAPÍTULO III .....	61
AS RELAÇÕES ENTRE CIDADE E SENTIDO: A POLÊMICA E A DESOBEDIÊNCIA COMO INSTRUMENTOS DE REFLEXÃO .....	61

CAPÍTULO IV.....	73
ANÁLISE DO CÓRPUS: A MATERIALIZAÇÃO DOS SENTIDOS .....	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	95
REFERÊNCIAS.....	99

## 1 JUSTIFICATIVA

Os sentidos são construídos, são formulados e circulam de diferentes maneiras devido à relação que o sujeito estabelece com a sociedade e com a história, porque é, antes de qualquer coisa, um sujeito que se constitui na/pela linguagem, através dos processos históricos, conforme afirma Orlandi (2015). Logo, a Análise de Discurso busca compreender, como seu próprio nome diz, o curso do discurso, ou seja, a maneira pela qual os dizeres produzem sentidos, e sentidos múltiplos, uma vez que, segundo Orlandi (2015, p. 24), o discurso é palavra em movimento, a linguagem em prática, ou seja,

A Análise de Discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos. Essa compreensão, por sua vez, implica em explicitar como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido.

A presente tese propõe analisar a maneira como a linguagem é constituída pela ideologia, uma análise dos aspectos ideológicos, bem como das condições de produção (CPs), segundo a abordagem teórica da Análise de Discurso (AD) de linha francesa, revelados pelos discursos apreendidos em pichações de muros, captados em quatro países diferentes, o que demonstra, claramente, o funcionamento do gênero em questão: ir da contravenção ao revolucionário, transgredir e resistir.

As perguntas norteadoras para o desenvolvimento do estudo são: (I) As pichações refletem a linguagem de manifestações urbanas? (II) A pichação é um gênero de discurso? (III) Na pichação, existe uma voz que se pretende fazer ouvir, mas o quê, especificamente, essa voz pode conseguir fazer ouvir em seu discurso? (IV) Qual efeito de sentido, principalmente considerando o aspecto político, que as pichações refletem numa sociedade? (V) Que relação há entre as pichações, poder, práticas e interação social? Nesse sentido, objetivamos estudar as possibilidades nas/pelas quais tais discursos são enunciados, com a finalidade de entender a relação estabelecida entre sujeito e exterioridade.

Nossa pesquisa consiste na análise de discursos produzidos a partir de pichações em muros, edifícios, vitrines, postes e paredes, em que podemos observar a manifestação da formação ideológica (FI), atuando na construção dos

efeitos de sentidos que, segundo Orlandi (2012), são revelados a partir da posição ocupada pelo sujeito, o qual é, ao mesmo tempo, livre e submisso, pois é atravessado por várias formações ideológicas. Na AD, o sujeito possui uma falsa sensação de liberdade, pois ele é clivado ideologicamente – logo, assujeitado às condições que lhe são determinadas.

Como o ser humano utiliza-se da linguagem para transmitir seus pensamentos, e a relação homem e mundo é mediada pela linguagem, buscamos, por meio dessa tese, compreender as dimensões socioculturais em que são produzidos os sentidos apreendidos dos discursos produzidos por pichações, com a finalidade de refletir a respeito da ideologia presentes nesses discursos. Logo, é possível verificar como as práticas sociais, discursivas e ideológicas são construídas pelos sujeitos e reveladas em seu meio social, e, para Orlandi (2015, p.28):

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali mas também em outros lugares, assim como o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele.

Com base nesse panorama, verificamos como os discursos constituem-se ideologicamente, principalmente pela sua condição de produção – discursos pichados em diferentes contextos, com objetivos semelhantes. Além disso, pretendemos analisar as formações discursivas (FDs), pois, quando aliadas às formações ideológicas (Fis), são fundamentais para a compreensão dos diversos efeitos de sentidos produzidos por esses discursos. Afinal, na Análise de Discurso, “o como dizem” é mais relevante do que “o que dizem”, segundo Orlandi (2015); além disso, por se tratar de AD, pode ser que não tenhamos respostas, mas sim novos questionamentos, os quais nos levarão a novas reflexões, haja vista que o discurso é mutável e dinâmico.

## 2 OBJETIVOS

### 2.1 Objetivo Geral

Estudar, a partir do discurso urbano (as pichações), a ideologia e as condições de produção, nas relações das cenas enunciativas, seguindo a perspectiva teórica da Análise de Discurso, de linha francesa (AD), com a finalidade de compreender os diversos efeitos de sentidos vinculados por esses discursos e analisar o funcionamento da pichação como um gênero discursivo, uma vez que possibilita gestos de leitura e, ao mesmo tempo, consegue destacar a polêmica, principalmente no que tange a temáticas sociais.

### 2.2 Objetivos Específicos

- Discutir a constituição do sujeito das/nas pichações;
- compreender as dimensões socioculturais e de produção de sentidos por meio da análise da ideologia presente nas pichações;
- identificar de que forma as condições de produção atuam na produção/circulação/apreensão dos discursos selecionados.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E SELEÇÃO DE CÓRPUS

A pesquisa desta tese, de natureza qualitativa, parte de um levantamento bibliográfico, analítico e explicativo e consiste na análise de quatro pichações, coletadas em diferentes locais (Chile, França, Portugal e Brasil), nos quais observamos o funcionamento da formação ideológica (FI) para a construção de sentidos, por meio da posição que o sujeito ocupa – que é ao mesmo tempo livre e submisso, levando em consideração as várias ideologias presentes e, conseqüentemente, o outro a partir de si.

A escolha dos países citados se deu em virtude das visitas e participações em congressos feitas pelo corpo de pesquisadores participantes do Projeto de Pesquisa PAD (Pesquisas em Análise do discurso Diversidade e Desigualdade social: a exclusão/inclusão do sujeito na/pela história, coordenado pela professora Rosemeri Passos Baltazar Machado, da Universidade Estadual de Londrina). Em relação às pichações, o cópús total conta com vinte e quatro imagens fotográficas, das quais quatro foram selecionadas, levando em consideração que o conteúdo sociopolítico se fez presente em todas elas, e as quatro imagens foram escolhidas levando em conta o entendimento e a identificação das condições de produção no entorno de cada uma, o que, por sua vez, possibilitou a compreensão das dimensões socioculturais e de produção dos sentidos.

Inicialmente, é válido mencionar que esta tese é uma continuidade da pesquisa de dissertação, na qual trabalhamos com pichações em Universidades públicas, no Estado do Paraná, que demonstrou, dentre os vários efeitos de sentido, compreender a pichação como uma possibilidade de denúncia e, conseqüentemente, de reflexão social. Dessa forma, para esse trabalho, ampliamos a escolha do cópús para além das Universidades e do Brasil, envolvendo outros países, a fim de que fosse possível observarmos a existência ou não de semelhanças no que tange às preocupações, reivindicações, sem perder de vista, é claro, as diferentes CPs e a atuação da memória discursiva (pré-construído, repetição, interdiscurso), dentro do imaginário urbano e a percepção de como o interdiscurso se inscreve no discurso do sujeito, ou seja, como saberes circulam e se fazem presentes na pichação e, por extensão, na

vida da cidade. O sentido se forma na história, através do trabalho da memória e da incessante retomada do já dito constante no discurso.

Para isso, realizamos uma revisão bibliográfica a respeito da teoria que usamos como aporte teórico – Análise de Discurso, de linha francesa (AD) – revisitando os principais conceitos: formação ideológica (FI), formação discursiva (FD), condição de produção (CP), sujeito, interdiscurso, memória e cenas da enunciação. Na sequência, selecionamos o cópuz, as pichações, captadas por meio de fotografia, no intuito de compreender os atravessamentos ideológicos que carregam essas produções, a partir de determinada condição de produção nas quais estão inseridas, bem como evidenciar a pichação enquanto gênero do discurso. A escolha pelo gênero pichação ocorreu pela preocupação em relação às vozes que ecoam pelos muros, na busca de espaço para serem ouvidas e, também, pelo fato de ser um gênero bastante discriminado pela sociedade.

## **4 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO**

Esta tese é composta de uma Introdução contendo: justificativa, objetivo geral e objetivos específicos, procedimentos metodológicos e seleção de córpus e quatro capítulos que serão apresentados a seguir.

### **Capítulo I**

#### **Revisitando a Análise de Discurso**

O capítulo abordará, de maneira sucinta, a história da Análise de Discurso, seu nascimento, seguindo com a apresentação das suas fases. Trataremos, também, de alguns conceitos fundamentais para a análise do córpus selecionado, tais como: formação ideológica (FI), formação discursiva (FD), condição de produção (CP), sujeito, interdiscurso, memória discursiva e cenas da enunciação.

### **Capítulo II**

#### **A pichação enquanto gênero discursivo: os gestos de leitura**

Este capítulo tratará do discurso urbano, as relações de sentido do dizer e da cidade. Estabelecemos a reflexão de conceitos como cenas discursivas, silêncio, ditos e não ditos como aporte para compreensão dos efeitos de sentido.

### **Capítulo III**

#### **As relações entre cidade e sentido: a polêmica e a desobediência como instrumentos de reflexão**

Este capítulo tratará do discurso urbano, as relações de sentido do dizer e da cidade. Estabelecemos uma forma de compreender o sujeito por meio de seus discursos, estudando a relação de significação entre sujeito, história e língua, numa dada condição – urbana e política, mobilizando o conceito de polêmica, ao colocar em oposição pichação e grafite, e, também, o conceito de desobediência, justamente pela ilegalidade da prática da pichação.

## **Capítulo IV**

### **Análise do Córpus**

Neste capítulo, analisaremos as quatro pichações selecionadas, refletindo a teoria abordada em nossa pesquisa. Verificaremos o funcionamento das formações ideológicas na produção desses discursos e a influência das condições de produção.

Por fim, elaboramos reflexões e algumas considerações, seguidas pelas referências utilizadas para sua construção.

## CAPÍTULO I

### REVISITANDO A ANÁLISE DE DISCURSO

#### 1 PERCURSO HISTÓRICO DA ANÁLISE DE DISCURSO FRANCESA

As relações homem-natureza e homem-homem estruturam-se simbolicamente por meio da linguagem, isto é, a interação social ocorre por intermédio da língua, que é responsável pela capacidade de expressão dos indivíduos. No entanto, de acordo com Baccega (2007), a palavra só consegue assumir seu significado quando está atrelada a uma exterioridade, ou seja, o contexto é responsável por determinar o modo como se observam as relações discursivas. E, para Orlandi (2015, p. 35):

Se o real da língua não fosse sujeito a falha e o real da história não fosse possível de ruptura não haveria transformação, não haveria movimento possível, nem dos sujeitos nem dos sentidos. É porque a língua é sujeita ao equívoco e a ideologia é um ritual com falhas que o sujeito, ao significar, significa. Por isso, dizemos que a incompletude é a condição da linguagem: nem os sujeitos nem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e acabados.

Por isso, a maneira como utilizamos a linguagem revela as formações sociais nas quais cada sujeito está inserido, fazendo com que os efeitos de sentidos apreendidos dos discursos possam ser múltiplos, uma vez que estão sempre se fazendo, os sentidos e os sujeitos podem ser outros, a depender de como a língua, a história e a ideologia os afetam: a arte da Análise de Discurso. Os discursos são continuamente formulados e reformulados a partir das práticas sociais dadas, dessa forma, a construção dos sentidos é obra da relação entre sujeito e história.

Apenas a título de exemplificação, apesar de não fazer parte do corpus analisado, a imagem a seguir faz parte das vinte e quatro pichações observadas durante a pesquisa e nela é possível exemplificar que, para falar de discurso, precisamos considerar sua relação com o social: a ideologia e a história; e a noção de sentido é dependente da condição ideológica da enunciação, da posição que os sujeitos ocupam, pois o discurso tem existência

na exterioridade, os sentidos são produzidos face aos lugares ocupados pelos sujeitos. A foto foi tirada em Buenos Aires, próximo à Casa Rosada, no segundo semestre de 2020, em uma semana de intensos protestos a favor da legalização do aborto. Ao usar o tapume metálico para pedir que o “aborto legal seja feito no hospital”, as CPs podem produzir sentidos de denúncia, em relação ao não aborto seguro, e, também, demanda, acerca da necessidade de que o aborto seja, de fato, realizado em um hospital. Os sujeitos pronunciam sentidos que são produzidos em decorrência dos atravessamentos ideológicos, responsáveis por pensar no cuidado e na saúde segura de mulheres, por exemplo; da forma como compreendem e concebem a realidade política e social na qual estão inseridos, compondo, assim, as condições de produção dos dizeres. A ideologia materializa-se no discurso, o qual, por sua vez, é, ao mesmo tempo, materializado pela linguagem.

**Figura 1: Aborto Legal en el hospital – Memória/Vandalismo (Aborto legal no hospital – memória/vandalismo)**



**Fonte:** Argentina, Buenos Aires (próprio autor).

Em um breve retrospecto histórico e considerando tais aspectos, devemos retomar a década de 60, na França, e dessa forma chegamos à Análise

de Discurso (AD), a qual nos propicia entender os diversos efeitos de sentido, pois abrange a linguagem e, também, as implicações históricas, sociais e culturais que permeiam os sujeitos na produção do dizer; por essa razão, conforme Orlandi (2015), a AD materializa-se a partir de três regiões de conhecimento: 1) o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações; 2) a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e do processo de enunciação ao mesmo tempo; 3) a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Além disso, para a AD, a língua não pode ser vista como um sistema abstrato, mas como efeitos de sentidos que se constituem por meio das relações que os sujeitos estabelecem cotidianamente, pois o discurso é um fenômeno social e político essencial para a construção e para a desconstrução das relações de poder em qualquer sociedade.

De acordo com a pichação anteriormente comentada “aborto legal no hospital”, podemos observar que a questão do aborto ainda se mostra de forma bastante polêmica, principalmente, devido à compreensão que a sociedade tem em relação à mulher, ou seja, ainda há a ideia de que a mulher deve satisfações e/ou explicações de seus atos, simplesmente pelo fato de ser mulher; dessa forma, mais uma vez essa questão da identidade feminina é discutida por meio desse discurso presente na pichação mencionada a partir do posicionamento patriarcal e não de uma política do feminismo, que deveria entender a mulher como parte do processo de construção identitária e, portanto, com função articulada no que se refere ao poder e saber. Temos aí, marcadamente, uma discussão que remete aos já ditos, os quais apesar de produzirem ressignificações ainda mantêm um efeito matriz não determinado em um tempo ou espaço específico.

Por isso, apesar de se tratar “de um espaço de pesquisa fervilhante e que não pode ser remetido a um lugar de emergência exato”, conforme afirma Maingueneau (2015, p. 15), a perspectiva histórica não pode ser silenciada. Considerando esse lugar, é possível entendermos esse método analítico que a AD nos propicia, talvez devido aos seus estudos de base, cujo núcleo de seu desenvolvimento foi o estudo do discurso político, justamente em um momento de grande instabilidade governamental que ocorria na França. Assim, a

formação de tal teoria, como ocorre em todos os estudos científicos, passou por três fases<sup>1</sup>, inicialmente, de construção.

Denominada como “o tempo das grandes construções”, a primeira fase foi de 1969 a 1975, aproximadamente, marcada pela publicação da obra de Pêcheux *Análise automática do discurso*, em 1969 (AAD69). Esse primeiro momento girava em torno do discurso político, deixando evidente, desde a origem, a influência do materialismo histórico para a produção e apreensão dos efeitos de sentidos provenientes dos discursos. Por essa razão, o foco da primeira fase da AD é o discurso próprio, isto é, a produção discursiva, a AD-1 é vista como uma máquina fechada em si, na qual o discurso é autodeterminado. Dessa forma, o discurso é um procedimento compreendido por etapas e, também, fixo, restrito a um começo e a um fim dado, pois as máquinas discursivas constituem unidades já determinadas.

Supõe-se que todo sujeito falante sabe do que se fala, porque todo enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação: essas propriedades se inscrevem, transparentemente, em uma descrição adequada do universo (PÊCHEUX, 2002, p. 31).

Por essa razão, segundo Mussalim (2004), a AD-1 ficou conhecida como o tempo das grandes construções por, justamente, buscar, desde o início, contribuições de diversas áreas do conhecimento, com o objetivo de formular conceitos que seriam importantes para o deslanche da teoria: estabelecia-se, nesse momento, a relação entre ideologia, discurso e subjetividade (tríade fundamental para o desenvolvimento da AD), entendendo o indivíduo como um sujeito que é constituído de dada formação social, uma vez que só se reconhece no interior das práticas discursivas. Assim, de acordo com essa concepção, pensar no discurso é considerar o sujeito e seus atravessamentos como aspectos intrínsecos à produção discursiva, ou seja, o sujeito ocupa determinado lugar no interior das formações sociais, sendo assujeitado por dada ideologia que irá sobressair nos sentidos enunciados em seu discurso.

---

<sup>1</sup>Lembrando pesquisadores como Costa (2005); Freire (2006); Gregolin (2015); Fernandes e de Sá (2021), entre outros, os estudos da Análise de Discurso continuam propiciando uma reconfiguração teórica no Brasil, provocando movências e deslocamentos no processo de produção/apreensão dos efeitos de sentido.

A AD-2, intitulada “tateamentos”, conforme afirma Maldidier (2003, p. 55), ocorreu de 1976 a 1979, e pautou-se nas questões relacionadas às formações discursivas (FDs). O objetivo principal desse segundo período é o discurso outro, ou seja, olhar as relações entre as máquinas discursivas, colocando em questionamento a noção de máquina discursiva como estrutura fechada. Pêcheux retoma e ressignifica o conceito de FD, não mais como um espaço estrutural fechado, pois será sempre invadida por elementos que vêm de outro lugar, de outras formações discursivas, estabelecendo uma relação com a ideia de formação social marxista, mas também com a ideologia.

Desse modo, a FD é compreendida como um sistema em constante reformulação dos enunciados proferidos. As formações discursivas não são blocos isolados, muito pelo contrário, elas se constituem, justamente, por não serem homogêneas, mas por estarem em constante movimento, pois os sentidos estão sempre se reconfigurando, ou seja, são moventes e múltiplos; por essa razão, podem atravessar as fronteiras de uma FD e migrar para outra FD, passando a determinar-se por outras relações ideológicas; a depender da FD, os sentidos ressignificam. Logo, cada FD funciona como parte de uma memória de cada sujeito, determinando o que pode e deve ser dito. Mussalim (2004, p. 120) aponta que

na AD-2, por sua vez, adota-se a perspectiva segundo a qual os diversos discursos que atravessam uma FD não se constituem independentemente uns dos outros para serem, em seguida, postos em relação, mas se formam de maneira regulada no interior de um interdiscurso. Será a relação interdiscursiva, portanto, que estruturará a identidade das FDs em questão.

Acrescenta-se, também, nessa segunda fase, a noção de interdiscurso, ou seja, “é o espaço ideológico onde se desenvolvem as formações discursivas em função de relações de dominação, subordinação, contradição”, segundo Souza (2006, p. 90). O interdiscurso é resultado do complexo conjunto de FD, que se manifestam no interior de uma FI, por isso comporta todos os dizeres, todos os sentidos, pois, para que exista interpretação de qualquer dizer, é importante relacioná-lo, de maneira consciente ou não, aos outros dizeres existentes, com os quais o sujeito já esteve em contato em algum

momento. Charaudeau e Maingueneau (2014, p. 286) afirmam que Interdiscurso é

o conjunto das unidades discursivas (que pertencem a discursos anteriores do mesmo gênero, de discursos contemporâneos de outros gêneros etc.) com os quais um discurso particular entra em relação implícita ou explícita. Esse interdiscurso pode dizer respeito a unidade discursiva de dimensões muito variáveis.

Além disso, para Pêcheux, o interdiscurso funciona pela via do pré-construído e por meio do discurso transversal, ou seja, compreender o interdiscurso proporciona, diretamente, o entendimento de conceitos como memória e esquecimento. A memória consiste em um conjunto de dizeres já expressos que dão base a todo dizer; no entanto, ao mesmo tempo, em decorrência dos esquecimentos, os sujeitos não estão conscientes dessa regulação externa, ou seja, que não são fontes de significado, mas um resultado dos significados, uma vez que os efeitos de sentidos são produzidos pela ideologia, pelo inconsciente e, também, pela materialidade, pois, segundo Orlandi (2015, p. 15), “o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos”.

A noção de memória discursiva possibilita refletirmos que todo discurso já circulou em formações anteriores: o discurso repete-se e transforma-se, pois “diz respeito à existência histórica do enunciado no seio das práticas discursivas, reguladas pelos aparelhos ideológicos”, conforme Courtine (1981, p. 53), isto é, a memória funciona como um pano de fundo para que seja possível perceber a quebra com os sentidos anteriores, a fim de possibilitar sentidos novos.

É com Pêcheux (2002) que o conceito de esquecimento foi classificado e dividido em dois tipos: a) o esquecimento número 1 está atrelado a um apagamento do sujeito ideologicamente, ou seja, ele esquece que é determinado ideologicamente, regido por uma FD; b) o esquecimento número 2 está relacionado à forma pela qual o sujeito enuncia seu discurso, mas o mesmo sujeito esquece o que motivou sua escolha por uma determinada formação e não por outra. Por essa razão, o sujeito não é a fonte original do sentido, porque se constitui a partir dos dizeres de outros sujeitos, ou seja, ele é compreendido

como um aglomerado de vozes; o sujeito é, na realidade, um efeito do dizer; os enunciados não possuem apenas um sentido, mas são plurais, pois cada dizer advém de um discurso.

Vale ressaltar que, ao nascer, enquanto indivíduo, os discursos já estão na sociedade e, também, em processos, por isso, o sujeito já entra no processo de apreensão e atravessamento, já que os discursos não se originam nele e, assim, possibilitam que existam os sentidos diversos, isto é, os esquecimentos, tais como pensou Pêcheux (2002); são estruturantes, pois constituem os sujeitos, fazendo com que tenham a sensação de que os seres originaram determinados dizeres, quando, na verdade, os sujeitos esquecem que aquilo já foi dito. Dessa forma, sentidos e sujeitos estão sempre em construção e movimento.

Por fim, a terceira época da Análise do Discurso, AD-3, “a desconstrução domesticada”, de 1980 a 1983, é determinada pelo surgimento de novos procedimentos, através das desconstruções das maquinarias discursivas, o discurso passa a ser analisado em sua forma heterogênea. O estudo da construção dos objetos discursivos e dos acontecimentos, bem como das percepções e dos lugares enunciativos no processo de interação são analisados a partir dessa nova perspectiva. Nesse sentido, surge, também, a noção de heterogeneidade enunciativa, ou seja, um enunciado será sempre heterogêneo, porque revela, na relação comunicativa, mais de uma posição: a de quem enuncia e a de quem apreende. Charaudeau e Maingueneau (2014, p. 458) afirmam que, por essa razão, o sujeito

se desdobra na medida em que é levado a desempenhar alternativamente dois papéis de bases diferentes: papel sujeito que produz um ato de linguagem e o coloca em cena, imaginando como poderia ser a reação de seu interlocutor, e papel do sujeito que recebe e deve interpretar um ato de linguagem em função do que ele pensa a respeito do sujeito que produziu esse ato. Cada um desses papéis conduz o sujeito do discurso a se lançar em operações diferentes.

Evidentemente, ressaltamos que as três fases da AD não foram estanques, mas, sobretudo, complementares, pois ano a ano, discussão a discussão, a teoria foi tomando forma e os conceitos sendo aprimorados. E não parou. A AD continuou e/ou continua passando por diversas reflexões e,

também, (re)construindo-se. O processo gradativo de construção teórica moldou a AD ao que conhecemos hoje: uma disciplina inquietante, que possibilita relações interdisciplinares. De acordo com Orlandi (2015), a AD possibilita pensar a língua como fato e, a partir disso, significar o que é social, ligando a língua e a exterioridade, a língua e a ideologia e, por fim, a ideologia e o inconsciente, uma vez que considera tanto o que é de ordem linguística, bem como o que é histórico e político e, assim, configura-se como uma desdisciplina, pois se constrói a partir da materialidade linguística (objeto linguístico) e, também, das ciências de formações sociais (objeto histórico). Nas palavras de Souza (2006, p. 106),

a linguagem [...] é atravessada pelo histórico, pelo social, pela ideologia. E onde há seres humanos, há linguagem. Daí as possibilidades da Análise de Discurso e sua crescente capilaridade nas ciências. Constituir, arriscar, seduzir, surpreender: eis aqui as propriedades da linguagem.

Conforme Orlandi (2015), o sujeito vê e compreende o mundo de forma distinta, pois possui atravessamentos culturais e históricos diferentes uns dos outros; por essa razão, a AD absorve para si uma configuração própria, a partir do lugar em que está instaurada, pois as relações sociais, políticas e ideológicas possuem especificidades; logo, os sentidos se constroem sócio-historicamente.

Se partirmos do fato de que as línguas só existem na medida em que se acham associadas a grupos humanos, podemos chegar à conclusão de que, na língua, o social e o histórico coincidem. Trata-se sempre de ação (trabalho) humano. Nem a sociedade nem as línguas se modificam autonomamente. São os atos dos homens que tomam parte delas que as vão transformando. O caráter histórico da língua está em ser ela um fato social no qual entram em caráter de processo, a intervenção da memória, a relativa estabilidade do sistema e das funções sociais e normas de comportamento. As convenções estão estreitamente ligadas ao caráter histórico da língua (ORLANDI, 2011, p. 99).

Dessa forma, compreendemos que o sujeito é resultante de vários discursos e é, também, assujeitado a essas formações sociais (história, ideologia, cultura), o que possibilita a existência de uma cadeia infinita de discursos, afinal, nada é novo. Além disso, não há discurso sem sujeito, nem

sujeito sem atravessamentos ideológicos. Por essa perspectiva, os sujeitos produzem seus discursos para transmitir sentidos, exprimindo – por meio de sua mensagem – crenças próprias. Nesse sentido, as significações serão construídas a partir das condições vivenciadas pelos leitores/ouvintes. Por isso, a AD está em construção o tempo todo, vivendo novas fases, trazendo novos conceitos, resignificando.

### 2.3 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DO CÓRPUS

Na Análise de Discurso, é importante enfatizar o caráter material que a constitui, isto é, todo o processo analítico não parte da teoria, mas, sim, da prática, dos discursos que estão circulando e, assim, produzindo efeitos de sentido diversos. Logo, pensar o dispositivo teórico-analítico é pensar o funcionamento ideológico, das condições de produção, das formações discursivas, por exemplo, a partir daquilo que se coloca materialmente. Nesse sentido, a construção de um dispositivo vai além do seu uso teórico, uma vez que está associada à natureza do problema a ser analisado.

Para Michel Foucault (1996, p. 244-245), a ideia de dispositivo consiste em

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo, o qual é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

Para Foucault, a noção de dispositivo não é algo homogêneo, pois possui uma multiplicidade de motivos que determinam o seu funcionamento, os jogos de poderes e os efeitos de sentido. Em linhas gerais, para a AD, a ideia de dispositivo está relacionada ao fato de que a ideologia constitui o sujeito, fazendo com que esse mesmo sujeito assumira uma e não outra posição no discurso: movimento de interpretação, ou seja, dispositivo teórico e dispositivo analítico. O dispositivo na AD é atravessado pelo histórico/ideológico e é a partir disso que ela se constitui enquanto proposição teórico-analítica.

### 2.3.2 A exterioridade e os efeitos de sentido: a formação ideológica, a formação discursiva e as condições de produção

A exterioridade, na AD, é a responsável por produzir os múltiplos efeitos de sentidos apreendidos a partir dos discursos, uma vez que todo discurso é ideologicamente atravessado, além de se constituir a partir de dadas regularidades, ou seja, determinados pelas formações discursivas e, também, em certo contexto, seja social, econômico, cultural, histórico ou político, por exemplo. Por essa razão, os sentidos não se fecham, não são evidentes, e dependem, necessariamente, da posição que os sujeitos ocupam socialmente e das condições de produção, pois, de acordo com Orlandi (2007b, p. 28), a Análise de Discurso

se interessa pela linguagem tomada como prática: mediação, trabalho simbólico, e não instrumento de comunicação. É ação que transforma, que constitui identidades. Ao falar, ao significar, eu me significo. Aí retorna a noção de ideologia, junto à idéia de movimento. Do ponto de vista discursivo, sujeito e sentido não podem ser tratados como já existentes em si, como a priori, pois é pelo efeito ideológico elementar que funciona, como se eles já estivessem sempre lá.

Dessa forma, compreender a formação ideológica (FI) é fundamental para distinguir as relações de sentidos entre os dizeres. A noção de ideologia passou por muitos processos de construção, mas foi a partir de Marx e Engels que o termo ganhou força: a ideologia era vista como a separação que se faz entre a produção de ideias e as condições sociais e históricas em que essas ideias são produzidas, o termo ideologia, de acordo com esses autores, está reduzido a um mascaramento da realidade social. Esse ponto de vista é definido pelo fato de os autores tomarem como base o sistema capitalista como ponto de partida para redefinir a teoria sobre ideologias, porque, segundo o marxismo, a ideologia serve para legitimar o poder de uma classe ou grupo social.

Contudo, há, de um lado, a ideologia a partir das ideias marxistas, em que o discurso serve para legitimar o poder de determinado grupo social. Do outro lado, existe a noção mais ampla de ideologia, na qual todos os discursos são constituídos desse fenômeno, inscrito no campo da subjetividade: a ideologia é fator determinante e essencial para que os discursos existam. Nesse

sentido, baseado em Marx e Engels, Althusser desenvolveu sua teoria acerca das formações ideológicas, que consiste na base epistemológica da Análise de Discurso, conforme afirma Souza (2006).

Nesse viés, Althusser (1985), em sua releitura, coloca a questão da ideologia atrelada aos Aparelhos Repressores (ARE): o governo, a administração, o exército, a polícia e os tribunais; e aos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE): a religião, a escola, a família, a política, a cultura, entre outros. No entanto, apesar da divisão, não é provável que exista um Aparelho somente repressivo ou apenas ideológico, é sempre o predomínio de um sobre o outro, nas construções discursivas diárias. Para o autor (1985, p. 70),

o aparelho (repressivo) do Estado funciona predominantemente através da repressão (inclusive física) e secundariamente através da ideologia. (Não existe aparelho unicamente repressivo). Exemplos: o Exército e a Polícia funcionam também através da ideologia, tanto para garantir sua própria coesão e reprodução, como para divulgar os “valores” por eles propostos. Da mesma forma, mais inversamente, devemos dizer que os Aparelhos Ideológicos do Estado funcionam principalmente através da ideologia, e secundariamente através da repressão seja ela bastante atenuada, dissimulada, ou mesmo simbólica. (Não existe aparelho puramente ideológico). Desta forma, a Escola, as Igrejas “moldam” por métodos próprios de sanções, exclusões, seleção, etc... não apenas seus funcionários mas também suas ovelhas. E assim a Família... Assim o Aparelho IE cultural (a censura, para mencionar apenas ela) etc.

Além disso, Pêcheux (2002) aponta que a ideologia é um mecanismo de produção de evidência, aquilo que faz relação com o esquecimento, um movimento do sentido na história. Também, segundo Orlandi (2015), pensar a ideologia no funcionamento discursivo consiste em considerar um conjunto de ideias e de visões responsáveis por orientar o comportamento social dos indivíduos, ou seja, a visão de mundo de dada classe social – em geral, da classe dominante – que instaura o que o restante da sociedade deve fazer ou mesmo pensar. Por essa razão, Baccega (2007, p. 34) acrescenta que a ideologia existe somente nas relações sociais, porque consiste em um sistema de valores, “modo de ver o mundo, modo de ver a sociedade, modo que o homem vê a si e aos outros”. Logo, para compreendermos os sentidos que são produzidos pelos discursos, é necessário que consigamos estabelecer uma relação entre a língua, a história e a própria ideologia. Não há sentido sem interpretação e, por essa

razão, a compreensão dos sentidos é apreendida a partir dos atravessamentos ideológicos que interpelam cada indivíduo; por esse motivo, os sentidos são múltiplos e diversos. Orlandi (2015, p. 45) esclarece:

O sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos. Esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia.

Por essa razão, é evidente que a ideologia revela aspectos históricos, sociais, materiais, culturais, de modo dito ou não, e é por meio dela que posições de quem fala e de quem ouve são detectadas.

Além do conceito de formação ideológica, outro conceito determinante para apreender e/ou compreender os efeitos de sentidos é a noção de formação discursiva (FD), responsável por regular os discursos que são proferidos: o que deve ser dito, em dado momento. Enquanto a FI determina o que pensar, a FD estabelece o que é necessário dizer. Nesse sentido, Courtine (2014, p. 73) afirma que

As FD são componentes interligados das FI. Isso implica que as FD que constituem a mesma FI possam ser distinguidas umas das outras (em razão, por exemplo, de sua “especialização”), mas sobretudo que as FD que dependem de FI antagônicas, aliadas, ... mantém entre si relações contraditórias que se inscrevem necessariamente na própria materialidade dessas FD, isto é, em sua materialidade linguística. Se uma FD é o que, em uma dada FI e em uma conjuntura, determina “o que se pode e deve ser dito” (o que equivale dizer que as palavras, expressões, proposições recebem seu sentido da FD na qual são produzidas); convém acrescentar que essa característica não é isolada das relações contraditórias que uma FD estabelece com outra FD.

Orlandi (2015, p. 41) acrescenta que a FD é “aquilo que numa formação ideológica dada, ou seja, a partir de uma posição dada, em uma conjuntura sócio-histórica dada, determina o que pode e o que deve ser dito”, por isso, mais uma vez, os efeitos de sentidos podem ser múltiplos, pois os sujeitos não possuem os mesmos atravessamentos ideológicos, e também não estão inseridos nas mesmas formações discursivas, por isso as palavras não

possuem sentidos por si só, os sentidos estão diretamente ligados às questões externas, fazendo com que as formações ideológicas funcionem de uma forma ou de outra, pois, de acordo com Pêcheux (2002, p. 44), “o que é dito aqui (em tal lugar), e dito assim e não de outro jeito, como o que é dito em outro lugar e de outro modo, a fim de se colocar em posição de ‘entender’ a presença de não-ditos no interior do que é dito”.

Da mesma forma que a noção de formação ideológica levou anos para amadurecer, o conceito de formação discursiva também carrega consigo uma polêmica – a polêmica da criação. Brandão (1997, p. 38) aponta que, primeiramente, o termo foi pensado por Foucault, quando levantou questionamentos “sobre as condições históricas e discursivas nas quais se constituem os sistemas de saber”. Posteriormente, ainda de acordo com a autora, Pêcheux retomou o conceito, acrescentando novos efeitos, moldados à AD, pois, para o autor, toda situação de comunicação implica um posicionamento político e, antes ainda, ideológico que os sujeitos assumem. Nesse sentido, o autor (2009, p. 129) aponta que

Se estamos destacando “condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção”, é porque a área da ideologia não é, de modo algum, o único elemento dentro do qual se efetuará a reprodução/transformação das relações de produção de uma formação social; isso seria ignorar as determinações econômicas que condicionam “em última instância” essa reprodução/transformação.

Ainda no que tange ao conceito de formação discursiva, Fiorin (1998, p. 32) acrescenta que é “um conjunto de temas e de figuras que materializam uma dada visão de mundo”, ou seja, ao passo que os sujeitos são formados e constituídos, os seus discursos também são moldados a fim de reproduzir as vivências de cada sujeito, pois “assim como uma formação ideológica impõe o que pensar, uma formação discursiva determina o que dizer”.

Nas pichações, cópulas escolhido para análise nesta tese, por exemplo, a multiplicidade dos efeitos de sentido ocorre, justamente, porque os discursos constituem-se a partir de diversas formações discursivas. Além disso, cada discurso possui uma condição de produção (CP) específica, o terceiro conceito essencial da Análise de Discurso, isto é, ao invés de ver os sujeitos

como protagonistas do discurso, foi possível entender que o sujeito é reflexo dos lugares que ocupa nas relações sociais. Logo, as condições de produção permitem verificar as condições históricas e sociais nas quais os discursos são produzidos, compreendendo-as como lugares em que os discursos ocorrem.

Dessa forma, Charaudeau e Maingueneau (2014) apontam que as CPs podem substituir, de forma simplificada, o que se entende pelas circunstâncias em que os discursos são produzidos, ou seja, toda condição externa ao discurso, em dado contexto: no momento de enunciação e para além desse momento. Para os autores (2014), o sujeito é sempre determinado por valores, crenças e saberes do grupo ao qual pertence; por essa razão, compreender o funcionamento de cada discurso engloba compreender as condições de produção em que os discursos foram pensados/proferidos/apreendidos. Nesse sentido, Orlandi (2011, p. 194) afirma que

a noção de funcionamento remete o discurso à sua exterioridade, necessariamente. Essa relação com a exterioridade, com a situação – contexto de enunciação e contexto sócio-histórico – mostra o texto em sua *incompletude*. Entendemos como incompletude o fato de que o que caracteriza qualquer discurso é a multiplicidade de sentidos possível. Assim, o texto não resulta da soma de frases, nem da soma de interlocutores: o(s) sentido(s) de um texto resulta(m) de uma situação discursiva, margem de enunciados efetivamente realizados. Esta margem – este intervalo – não é vazio, é o espaço determinado pelo social.

Assim, dependendo das condições nas quais o sujeito está inserido, o efeito de sentido pode ser um e não outro e o mesmo ocorre para o sujeito que recebe esse discurso, que pode compreender um sentido e não outro, em decorrência, por exemplo, do lugar que ocupa na exterioridade, do momento de enunciação e dos atravessamentos ideológicos que o constituem. Enfatizamos que, na AD, as condições de produção podem ser divididas em duas: 1) de ordem situacional, que se refere ao momento imediato da enunciação, aos fatores sociais, culturais, econômicos e políticos do momento de fala; 2) de ordem discursiva, que é maior que o contexto<sup>2</sup> imediato, é algo pré-determinado

---

<sup>2</sup>Contexto para a Análise de Discurso, de acordo com Charaudeau e Maingueneau (2014, p.127), “consiste ao ambiente verbal da unidade (que outros preferem chamar de contexto, em

nos sujeitos, que irá determinar o que deve ser dito, em cada momento, ou seja, as condições de produção incluem, então, o contexto sócio-histórico-ideológico e, além disso, os discursos sempre serão ditos a partir de dada CP.

Por isso, de acordo com Maingueneau (2015), os sentidos são diversos, pois são produzidos no interior de relações sociais determinadas: a construção do sentido está ligada diretamente ao sujeito, e se encontra em diversos núcleos sociais diferentes. Dessa forma, Orlandi (2015, p. 37) acrescenta que “as condições de produção, que constituem os discursos, funcionam de acordo com certos fatores. Um deles é o que chamamos relação de sentidos... Não há discurso que não se relacione com outros”, os sentidos são resultados das relações sociais que se estabelecem: “um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros” (ORLANDI, 2015, p. 37).

Além do mais, as CPs compreendem os sujeitos do discurso bem como a situação em que ocorre esse discurso, é o contexto imediato. Nas pichações, por exemplo, os dizeres revelam, em grande parte das vezes, uma luta por direitos, como se fosse uma manifestação popular de rua, de modo a tentar proporcionar mudanças. As pichações estão no ambiente público e não privado, ou seja, reforçam a necessidade de despertar reflexões sociais em busca de novas condutas para a sociedade. Nesse sentido, Baccega (2007, p. 10) relata que

a opção por um ou outro modo de ver e, portanto, por uma ou outra palavra revela que cada indivíduo/sujeito se insere num

---

conformidade a um uso que se generaliza) e à situação de comunicação”. Além disso, o contexto de um enunciado qualquer é tudo o que cerca esse enunciado, ou seja, o contexto pode ser linguístico ou não linguístico, pode ser imediato – no ato de fala – ou ampliado – que é abrangente – levando em consideração as questões sócio-históricas.

Ademais, para a Linguística Textual, segundo Guimarães (2013, p. 77), “todo texto está, pois, ligado ao contexto, seu sentido organizando-se não só no jogo interno de dependências estruturais, mas ainda nas relações com aquilo que está fora dele”, ou seja, é o chamado conhecimento de mundo ou enciclopédico. A diferença principal entre as duas áreas para o conceito é que, para a AD, o contexto equivale aos vários atravessamentos que perpassam os sujeitos (história e ideologia), enquanto para a LT, o contexto é as condições no dado momento de enunciação. Além disso, Koch e Elias (2009, p. 81) apontam uma divisão na visão de contexto: 1) o contexto imediato, que integra os participantes, o local e o tempo, assim como os objetivos das interações; 2) o contexto mediato, que compreende os entornos social, histórico e cultural, “o contexto abrange não só o contexto, como a situação de interação imediata (o entorno sócio-político-cultural) e também o contexto sociocognitivo dos interlocutores que, na verdade, subsume os demais, pois engloba todos os tipos de conhecimentos arquivados na memória dos sujeitos sociais”.

determinado sistema de valores a partir do qual lerá o mundo, praticará ações, fará ciência. É este um dos motivos por que ocorrem mudanças: como o homem é produto e produtor de cultura, o sistema de valores vai-se modificando, em espiral, possibilitando, assim, novas elaborações sobre a realidade.

Portanto, ressaltamos que o dizer jamais será particular de cada sujeito, uma vez que os sentidos estão soltos, pois as palavras só assumem sentidos quando colocadas em relação com o externo, ou seja, elas significam pela língua e pela história: todos os dizeres atravessam nossos dizeres. Nas pichações, por exemplo, as CPs são essenciais para a apreensão/compreensão dos significados, porque o funcionamento do gênero exige a retomada dos outros dizeres, proporcionando interferências necessárias acerca do que fala e do que acontece no dado momento enunciativo, pois o sujeito é um lugar de significação constituído historicamente.

Por fim, o sujeito não tem controle sobre os sentidos, porque sempre existe a possibilidade de surgirem sentidos outros, pois a compreensão do discurso ocorre quando se estabelece interação com o outro, dentro de condições históricas e de interpelação ideológica. É na dispersão que se constitui um discurso; a relação com as Formações Discursivas, em suas diferenças, é elemento fundamental que constitui o discurso, pois o sentido pode ser outro e o sujeito (com os seus objetivos) não tem controle sobre os efeitos de sentido que seu dizer pode produzir.

### 1.1.2 Efeitos do dizer: sujeito e *ethos*

A enunciação é, para algumas teorias da linguagem, a ação de colocar em uso o sistema da língua, que é um processo, e o enunciado, que é o produto, ou seja, o enunciado é o produto de um processo: a enunciação, que proporciona o sentido desdobrar-se em vários. A enunciação, dessa forma, está sempre ligada a uma atividade humana, desempenhada por um sujeito que é constituído pela história e ocupa um lugar social, um sujeito que está sempre em relação de interação com outros tantos sujeitos, que também são atravessados pela história e situam-se em lugar social igual ou não aos outros sujeitos da interação. Nesse sentido, Fiorin (2021, p. 57) afirma que “a enunciação se define a partir de um eu-aqui-agora, ela instaura o discurso-enunciado, projetando para

fora de si os atores do discurso, bem como suas coordenadas espaço temporais”.

Assim, refletir a respeito do discurso é pensar, diretamente, em comunicação, por isso, durante o processo de enunciação alguns aspectos precisam ser levados em consideração: o modo como a ideologia afeta os sujeitos, as formações discursivas, nas quais os sentidos se inscrevem e se constituem, as condições de produção (CPs) nas quais os sujeitos estão inseridos e, também, a imagem que se pode ter e fazer do outro, considerando o entorno, ou seja, ao enunciar é possível captar/criar uma dada imagem do enunciador: o locutor constrói uma imagem de si com o objetivo de atrair seus interlocutores. A isso chamamos *Ethos*, que, segundo Amossy (2005, p.17), “está ligado [...] à questão da legitimidade [do locutor], ou melhor, ao processo de sua legitimação pela sua fala”, o *ethos* nada mais é que um autorretrato revelado na/pela situação de enunciação, como recurso estratégico para persuadir e convencer aqueles que o escutam, portanto, o *Ethos* está sempre dentro do processo de enunciação, pois é a figura discursiva

Foi com Aristóteles, de acordo com Maingueneau (2020), que o conceito de *ethos* apareceu pela primeira vez, porque, para o filósofo, o convencimento, pela persuasão, estaria ligado a três fatores: 1) *ethos* – o caráter do orador; 2) *pathos* – as disposições em que se colocam os ouvintes; 3) *logos* – o próprio discurso. Nesse sentido, a persuasão passou a ser vista como uma técnica, e a Retórica, arte da argumentação, transformou-se em ciência. Assim, torna-se fundamental que o orador conheça seu público ao enunciar, pois o objetivo é o convencimento por meio das palavras, uma vez que as palavras formam um sistema em que a língua pode categorizar o mundo de formas diversas, e quanto mais conhecimento de sua plateia, mais argumentativo e bem-sucedido será seu discurso. A partir dessa construção, a realidade é recortada de modo a relacionar sujeito, língua e condições de produção, pois o lugar de onde o discurso é proferido deve ser considerado.

O *ethos* é, na verdade, a imagem do enunciador criada no momento da enunciação, é a situação, o momento de comunicação que vai levar a essa formação, que, no entanto, não irá funcionar do mesmo modo sempre, já que o que direciona o dizer são as CPs, o sócio-histórico, a memória discursiva, o

interdiscurso e a interação com o outro. Por essa razão, segundo Maingueneau (1997, p. 50),

O discurso, bem menos do que um ponto de vista, é uma organização de restrições que regulam uma atividade específica. A enunciação não é uma cena ilusória onde seriam ditos conteúdos elaborados em outro lugar, mas um dispositivo constitutivo da construção do sentido e dos sujeitos que aí se reconhecem.

Compreender o *ethos* significa compreender que o enunciador constrói uma representação do seu destinatário e o destinatário, com base em seu conhecimento primeiro acerca do enunciador, também constrói uma representação do locutor por meio do que diz e da maneira como diz. Nesse sentido, conforme Oliveira e Machado (2013, p. 6), “toda fala acaba sendo, direta ou indiretamente, uma representação de si, por isso a ideia de construção da imagem”, a construção que se tem de si – vinculada ao que entendemos como estereótipo ou, também, como *ethos* coletivo.

Os estereótipos são crenças compartilhadas na sociedade, sobre determinados membros de uma categoria social, que se referem a padrões de determinados grupos sociais: determinam padrões de conduta dos indivíduos. Segundo Amossy (2005, p. 25), a noção de estereótipo possibilita compreender o conceito de *ethos* prévio: “a imagem que o auditório faz do locutor no momento em que este toma a palavra”, ou seja, o aqui e o agora, a partir de um resgate do pré-construído socialmente. Dessa forma, Ducrot (1987, p. 189) afirma que “o *ethos* está ligado ao L, o locutor enquanto tal: é enquanto fonte da enunciação que ele se vê dotado [*affublé*] de certos caracteres que, por contraponto, torna esta enunciação aceitável ou desagradável”.

Charaudeau e Maingueneau (2014) acrescentam a noção de ***ethos* pré-discursivo**, que diz respeito à representação que se tem do locutor, antes mesmo que ele se manifeste, isto é, relaciona-se com a imagem prévia que os interlocutores constroem do locutor. Essa noção permite estabelecermos uma relação de enunciação: os sujeitos envolvidos na situação esperam que o locutor aja de dada forma, que assuma dada posição sujeito, por conta das formações discursivas nas quais estão inseridos, por exemplo. Portanto, o *ethos*, que é a imagem que se cria do enunciador no momento da enunciação, pode, e muito

geralmente, ser criado antes mesmo do momento enunciativo, decorrente dos atravessamentos que constituem os indivíduos, transformando-os em sujeitos.

A meu ver, para além da persuasão por meio de argumentos, a noção de ethos permite refletir sobre a adesão dos sujeitos ao universo configurado pelo locutor. Escolher o ethos conveniente, aliás, é decisivo nos gêneros de discurso em que os locutores têm de conquistar um público ainda não ganho para sua causa (MAINGUENEAU, 2020, p. 14).

Por essa razão, a noção de sujeito, para a Análise de Discurso, de acordo com Charaudeau e Maingueneau (2014, p.457), é muito importante, pois é através dessa noção que se torna possível explicitar o “estatuto, o lugar e a posição do sujeito falante (ou do locutor) com relação a sua atividade linguageira”, ou seja, as relações estabelecidas pelos indivíduos nas diversas situações de interação social. Afinal, o sujeito, na AD, é um sujeito social, que se constitui sócio-histórico-ideologicamente. O sujeito do discurso, de acordo com os autores (2014, p. 458), é composto de diversas qualificações. Ele é, primeiramente, polifônico, pois é portador de várias vozes (diversos atravessamentos que o assujeitam). Além disso, ele é dividido, “pois carrega consigo vários tipos de saberes, dos quais uns são conscientes, outros são não conscientes, outros ainda, inconscientes<sup>3</sup>”.

Dessa forma, surge a ideia e/ou o sentido de político para a AD, uma vez que o discurso é instrumento de prática política, exemplificado na relação entre língua e história e seus funcionamentos, sendo a exterioridade elemento constitutivo dos sentidos: o elemento da prática política, e de ser político, é o discurso. Por serem sentidos outros, os espaços discursivos preveem que há o deslizamento do sentido, pois a condição essencial da produção e interpretação de uma sequência não pode ser determinada pelo individual, mas pelo fato da existência de um corpo sócio-histórico: fazer ciência e fazer política a partir da noção de enunciado dividido, ou seja, por existirem sentidos múltiplos, um e outros. Pêcheux (1981, p. 7) afirma, nesse sentido, que “as ideologias dominadas nascem no mesmo lugar da dominação ideológica, sob a forma

---

<sup>3</sup>Para Lacan (1987), o inconsciente possui uma linguagem própria e é estruturado em função do simbólico, ou seja, ele acredita que a linguagem é a base do inconsciente e que as pessoas são atravessadas por essa linguagem e seus efeitos de sentido.

dessas múltiplas falhas e resistências que o estudo discursivo concreto pode fazer emergir”.

Levando em consideração esse político, Orlandi (2015) menciona que o sujeito é responsável por apreender os efeitos de sentidos a partir dos atravessamentos aos quais está assujeitado, logo, é afetado pela língua e pela história e constitui-se a partir desses atravessamentos. Mazière (2007) acrescenta que o sujeito, na Análise de Discurso, é um lugar de sujeito, pois quando inserido em dada formação discursiva e atravessado pelas mais diversas formações ideológicas, ele está assujeitado às condições de produção. Nesse sentido, o sujeito é resultado de vários discursos que o atravessam, portanto, esse sujeito é marcado pela história e é constituído por essas interpelações históricas. Por essa perspectiva, o sujeito é, ao mesmo tempo, livre e submisso, porque ele pode dizer tudo, dentro das condições que lhe são determinadas, afinal, é assujeitado sócio-histórica e ideologicamente.

Assim, o sujeito irá significar a partir do que diz, e diz a partir do que vive e experimenta, por tal situação, ele está sempre se significando e se ressignificando. Dessa forma, compreender os efeitos de sentido decorrentes das pichações revela os atravessamentos que constituem os sujeitos, uma vez que o sujeito só produz o que produz, da forma como produz, por conta desses atravessamentos.

## CAPÍTULO II

### GESTOS DE LEITURA: GÊNERO PICHAÇÃO

#### 2.1 DISCURSO URBANO: A PICHAÇÃO

A maneira como os sujeitos utilizam a linguagem revela as formações sociais pelas quais os sentidos de suas palavras são determinados, fazendo com que os efeitos de sentido apreendidos dos discursos possam ser múltiplos. E com as pichações não é diferente. Spinelli (2007) afirma que a pichação consegue passar de um rabisco ilegível e sem cor para um código secreto, articulado por determinados grupos, como forma de manifestação no meio urbano, pois é a maneira como o sujeito individualiza-se, produzindo sentidos que irão significar a cidade. Orlandi (1999b, p. 2) afirma que

consideramos a cidade, do ponto de vista discursivo, como um espaço simbólico diferenciado que tem sua materialidade e que produz significância. Em outras palavras, a cidade caracteriza-se por dar forma a um conjunto de gestos de interpretação específicos e isto constitui o urbano. Quer dizer que, na cidade, o simbólico e o político se confrontam de um modo específico, particular. A isto chamamos “a ordem do discurso urbano”.

A pichação é, portanto, uma forma de discurso urbano, que o sujeito encontrou para fazer com que a cidade produza sentido ou para se significar no espaço urbano, na sociedade. A cidade faz sentido por meio dos sujeitos, articulando o espaço urbano com o social e o histórico juntamente com a língua para produzir determinados sentidos, porque, apesar do nosso olhar ir ao encontro da cidade, nossa reflexão não se limita somente a isso, pois os sentidos estão muito além, abrangendo, também, o que é histórico, cultural e, principalmente, social; afinal, os sujeitos vivem ali e, justamente por isso, significam o espaço ao mesmo tempo que significam a si mesmos.

Os sujeitos, ao utilizarem o picho como possibilidade do dizer, desejam um reconhecimento social, buscam uma identidade que necessita de ser notada, são sujeitos que, muitas vezes, não concordam com o funcionamento

da maquinaria de Estado e, mesmo ilegal<sup>4</sup>, a pichação continua existindo em nossa sociedade, contudo, segundo Orlandi (2004), não há cidade sem pichação, pois o espaço urbano assume sentidos a partir do movimento de pichação. Dessa forma, a prática da pichação acontece – predominantemente – à noite, pois trata-se de uma prática ilegal, o que contribui para que este gênero continue à margem da sociedade e do que ela normaliza.

Spinelli (2007) aponta, levando esses pontos em consideração, que o sujeito que picha, no ambiente noturno, é visto como um invasor aos olhos da sociedade, pois está sempre causando danos em propriedade alheia, e não deixa de ser. No entanto, o sujeito pichador não é só isso, ele busca espaço para manifestar suas demandas, seus desejos sociais (de ter espaço para falar, de igualdade entre os indivíduos – atenção para as classes marginalizadas, denúncias, revoltas, acesso à cultura) que, na maior parte das vezes, não é ouvido pelas pessoas, principalmente por aquelas que possuem algum tipo de direção ou cargo político e que poderiam/deveriam auxiliar no processo de igualdade de oportunidades e de desenvolvimento do país.

A condição ilegal da pichação estabelece uma relação antagônica entre o sujeito que picha e o poder público, fazendo com que a prática da pichação afirme seu caráter subversivo, estabelecendo um obstáculo entre sujeito e Estado, culminando em uma relação de poder e dominação do espaço público, trazendo graves consequências à vida daqueles que marcam o espaço urbano.

Quando morador da periferia, o jovem que pinta na cidade é duplamente estigmatizado pela sociedade elitista, que exige sua

---

<sup>4</sup>Para o discurso jurídico, apesar da ilegalidade, a pichação continua em nossa sociedade; judicialmente, uma pessoa que comete a infração de pichar pode ir presa, com base na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, instaurada dentro das leis de Crimes Ambientais.

Art. 65. Pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano: (Redação dada pela Lei nº 12.408, de 2011)

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa. (Redação dada pela Lei nº 12.408, de 2011)

§ 1º Se o ato for realizado em monumento ou coisa tombada em virtude do seu valor artístico, arqueológico ou histórico, a pena é de 6 (seis) meses a 1 (um) ano de detenção e multa. (Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 12.408, de 2011)

§ 2º Não constitui crime a prática de grafite realizada com o objetivo de valorizar o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística, desde que consentida pelo proprietário e, quando couber, pelo locatário ou arrendatário do bem privado e, no caso de bem público, com a autorização do órgão competente e a observância das posturas municipais e das normas editadas pelos órgãos governamentais responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional. (Incluído pela Lei nº 12.408, de 2011)

cidade livre de 'marginais' que produzem 'poluição visual'. O viver na periferia dificulta, dentre outros, o acesso do jovem ao mercado de trabalho, aos meios de difusão cultural, à infraestrutura oferecida pelo Estado que se concentra na região central (SPINELLI, 2007, p. 115).

A pichação é, além disso, muitas vezes, a maneira de sujeitos responderem ao coletivo por meio do espaço, fazendo a cidade significar diferente do que estaria significando, ou seja, fazendo com que a cidade signifique para todos, pois ela é um espaço que significa e, ao mesmo tempo, é significado. Nesse sentido, Orlandi (2004) afirma que, ao pichar, o sujeito sai do silêncio instaurado socialmente e passa a fazer parte do meio em que vive, uma vez que, ao pichar, o sujeito tem ali, no local de onde emana o discurso, uma referência do seu espaço, usando, então, o muro para se expressar.

## 2.2 OS GÊNEROS DO DISCURSO

Os estudos acerca dos gêneros do discurso foram iniciados, segundo Fiorin (2017), há muito tempo, desde a Grécia. O Ocidente trabalha com a noção de gênero agrupando textos que possuam características e propriedades comuns. No entanto, foi com Bakhtin e outros pensadores, nos círculos linguísticos, que eram, basicamente, encontros programados para discussões teóricas diversas, que a teoria passa a levar em conta não apenas o produto – texto, mas o processo de sua produção.

A utilização da língua efetua-se em formas de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes de uma ou outra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais -, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissoluvelmente no *todo* do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora os seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso* (Bakhtin, 1997, p. 279).

O ser humano tem como base da comunicação os gêneros, pois as atividades de interação entre os sujeitos são fundamentadas nos usos da língua. Por isso, para Mikhail Bakhtin, compreender os gêneros a partir da relação com a produção humana tornou-se o caminho central, pois a linguagem é dinâmica e as atividades comunicativas proporcionam formas de comunicação diversificadas.

Logo, os gêneros sempre estão vinculados a um determinado domínio das práticas discursivas e refletem suas condições específicas, bem como seus funcionamentos. Os enunciados que, na maior parte das vezes, são considerados relativamente estáveis, formam-se, de acordo com Silva (2013, p. 58), a partir da fórmula “tema + estilo + forma composicional”. O tema, também conhecido como conteúdo temático, relaciona-se ao domínio de sentido do referido gênero, é o que há de único em cada enunciado, ou seja, as possibilidades de efeitos de sentido diversos. O estilo diz respeito às escolhas linguísticas, isto é, à seleção de certos meios lexicais, fraseológicos e gramaticais, com o objetivo de estabelecer uma coerente relação de comunicação entre enunciador/enunciatário e, também, marcar a “posição social, histórica e ideológica” do sujeito (Silva, 2013, p. 59). Por fim, a forma composicional consiste na maneira pela qual o texto é organizado e estruturado.

A imagem a seguir também faz parte das vinte e quatro pichações observadas durante a pesquisa e nela é possível exemplificar que o tema refere-se à passividade x atuação; o estilo diz respeito à seleção e utilização dos efeitos de sentido proferidos pelas locuções verbais “queremos debater” e “queremos decidir”, as quais, por meio do paralelismo sintático, podem significar que perde-se mais tempo em discutir e criar problemas do que buscar, de fato, soluções. No que tange ao aspecto socioeconômico, por exemplo, muito se debate acerca da desigualdade e poucas decisões são tomadas. O próprio modo de estruturação do texto presente nesta pichação (vitrine da uma loja de grife reconhecida internacionalmente: *Dior*) contribui para o sentido já descrito.

**Figura 2: On veut pas débattre / on veut décider (não queremos debater/ queremos decidir)**



**Fonte:** França (próprio autor).

No entanto, muito mais que catalogar os gêneros, a preocupação de Bakhtin (1997) estava em, justamente, compreender o processo de emergência e estabilização do gênero: o seu funcionamento, ou seja, as funções de cada gênero quando em atuação nas diferentes esferas de comunicação. Nesse sentido, Fiorin (2017, p. 70) acrescenta que “a riqueza e a variedade dos gêneros são infinitas, uma vez que as possibilidades da ação humana são inesgotáveis e cada esfera de atividade comporta um repertório significativo de gêneros do discurso”, pois, conforme as atividades de interação são desenvolvidas, alguns gêneros desaparecem, outros aparecem, a fim de atender às necessidades comunicativas do momento.

A riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa (Bakhtin, 1997, p. 279).

São pelos gêneros que os processos comunicativos acontecem, e por ser a língua dinâmica implica no aparecimento de novos gêneros ou mesmo na modificação dos já existentes. Além disso, os gêneros estão presentes tanto na modalidade escrita da linguagem quanto na oral, nas situações comunicacionais mais formais ou informais; por isso Bakhtin (1997) estabeleceu uma divisão entre os gêneros: 1) primários, gêneros do cotidiano, por exemplo, a piada, a conversa, o bilhete, o e-mail, isto é, aqueles gêneros utilizados para uma comunicação mais espontânea; 2) secundários, são os que exigem maior elaboração do processo comunicativo, os gêneros jornalísticos, jurídicos, políticos, religiosos, entre outros. Muitas vezes, os gêneros secundários absorvem os gêneros primários, transformando-os. Ademais, os gêneros nem sempre serão puros, isso quer dizer que podem também hibridizar-se, seja na estrutura, no tema ou mesmo no estilo, demonstrando que existem gêneros mais flexíveis e outros nem tanto. Nessa perspectiva, Fiorin (2017, p. 76) afirma que

O gênero une estabilidade e instabilidade, permanência e mudança. De um lado, reconhecem-se propriedades comuns em conjuntos de texto; de outro, essas propriedades alteram-se continuamente. Isso ocorre porque as atividades humanas, segundo o filósofo russo, não são nem totalmente determinadas nem aleatórias. Nelas, estão presentes a recorrência e a contingência. A reiteração possibilita-nos entender as ações e, por conseguinte, agir; a instabilidade permite adaptar suas formas a novas circunstâncias.

A contribuição do pensamento de Bakhtin para os estudos do discurso está no destaque que o autor deu ao sentido que os enunciados concretos constroem quando se estabelecem relações entre a materialidade linguística e o que é externo, isto é, as forças ideológicas e históricas que também compõem o processo de comunicação dos indivíduos. Por essa razão, é com Maingueneau (2011a), a partir de Bakhtin, que a abordagem discursiva dos gêneros textuais começa a tomar forma, evidenciando uma série de funcionamentos com a

finalidade de elucidar a maneira como os gêneros funcionam nos diversificados setores das relações sociais.

Mainueneau (2011a) afirma que utilizar os gêneros está associado a um fator de economia que assegura maior efetividade ao processo comunicacional, já que os gêneros são a base da comunicação; tal fator existe quando um locutor domina vários gêneros do discurso, que reflete em uma economia cognitiva, uma vez que, ao se comunicar, ele já sabe o que esperar, isto é, não é necessário desvendar todos os detalhes dos enunciados. Além disso, por ter um conhecimento prévio acerca do gênero, os participantes envolvidos no processo de interação/comunicação já sabem, antecipadamente, como deverão se portar.

Em relação às características dos gêneros discursivos: tema + estilo + forma composicional, Mainueneau (2011a) adiciona alguns pontos com o objetivo de regular seus funcionamentos na sociedade, pois todos os gêneros necessitam de que suas finalidades sejam reconhecidas, como na pichação, que pode produzir, conforme o cópús selecionado, o efeito de sentido que busca uma manifestação revolucionária e de construção social, isto é, a prática discursiva dos pichadores subverte a organização urbana quando, por exemplo, confronta-se o discurso jurídico, pois picha onde as grandes corporações imobiliárias constroem, escrevem fora dos padrões gramaticais da norma culta, praticam uma língua própria, etc. Assim, definir adequadamente a finalidade torna-se essencial para contextualizar e direcionar os sujeitos quando em contanto com dado gênero, determinando os papéis que devem ser assumidos na situação comunicativa tanto para enunciadador como para enunciatário, pois a cada um deles corresponde direitos e deveres.

Ademais, Mainueneau (2011a, p. 67) acrescenta um segundo fator que legitima o processo de constituição dos gêneros discursivos: a temporalidade, pois todo gênero de discurso implica um certo lugar e um certo momento e, para o autor, ela acarreta quatro outros pontos:

Uma **periodicidade**: um curso, uma missa, um telejornal, por exemplo, são periódicos; já um pronunciamento de chefe de Estado ou um panfleto não obedecem a uma periodicidade;  
Uma duração de **encadeamento**: a competência genérica indica aproximadamente qual é a duração de realização de um gênero de discurso. Certos gêneros implicam mesmo a possibilidade de

*várias* durações. Um jornal cotidiano distingue pelo menos duas durações de leitura de um artigo: o simples levantamento dos elementos destacados em negrito e em maiúsculas, seguido eventualmente de uma verdadeira leitura do texto;

Uma **continuidade** nesse encadeamento: uma piada precisa ser contada de uma só vez, enquanto um romance é normalmente lido com um número indeterminado de interrupções;

Uma duração de **validade** presumida: uma revista é considerada válida durante uma semana; o jornal, por um dia; já um texto religioso fundador (a Bíblia, o Alcorão, p. ex.) propõe-se a ser lido por tempo indefinido.

Dessa forma, ao analisarmos a temporalidade, fundamental para compreensão do lugar e momento do discurso, notamos a importância desses quatro pontos elencados. Isso porque a periodicidade mostra-se fundamental para marcar a previsão de acontecimentos ou de situações que se distinguem dos discursos que não obedecem a tais acontecimentos. Já o encadeamento seria a marcação da continuidade de um gênero de discurso, mesmo podendo possuir várias durações. A continuidade é entendida, dentro do encadeamento, como a necessidade, ou não, de haver uma interrupção para apreensão do discurso. Por fim, a validade presumida é vista como a longevidade que um dizer possui, uma vez que pode transpassar gerações ou perder eficácia em um único dia, como o jornal.

Em relação à forma composicional, Maingueneau afirma que os gêneros de discurso exigem uma organização textual própria, uso específico de recursos linguísticos, bem como um suporte material, ou seja, todo gênero está associado a uma organização textual, da qual os sujeitos precisam ter conhecimento para que consigam empregar os recursos linguísticos de forma adequada, para que as expectativas do gênero possam ser alcançadas, e, também, porque todo texto é inseparável do seu modo de existência material, por exemplo, a pichação que está diretamente associada ao muro. No entanto, sua existência material pode tratar de um espaço legítimo ou mesmo ilegítimo, como nas pichações, em que seu local é o muro, mas pode ser um muro de local público, privado, o muro de uma igreja ou de uma escola. A escolha impacta o dizer, na busca de despertar processo de reflexão e, conseqüentemente, mudanças: “o texto é inseparável de seu modo de existência material” (Maingueneau, 2011a, p. 68).

Apesar dos pontos abordados, ressaltamos que, como o autor mesmo aponta, sempre existe a possibilidade de se transgredir as regras dos gêneros, seja para produzir um efeito diverso, ou seja, fora da funcionalidade esperada, ou mesmo porque o sujeito que está no processo de produção não tem total domínio das normas de construção do texto, ora por não dominar a estrutura física, ora por não conseguir adequar a escolha vocabular, por exemplo. Além das especificidades apresentadas, Maingueneau (2015) adiciona, aos estudos dos gêneros discursivos, as Cenas da Enunciação, usadas aqui com o objetivo de legitimar os inúmeros gêneros discursivos.

### 2.2.1 Constituição dos sentidos: cenas da enunciação

O discurso constitui-se a partir da realidade da enunciação, isto é, as relações que se estabelecem na exterioridade são as responsáveis por possibilitar a produção dos discursos e, conseqüentemente, a apreensão e/ou legitimação dos múltiplos efeitos de sentido. A cena do discurso é construída pela relação entre os enunciadores, uma vez que ativa memórias sociais e linguísticas, proporcionando a formação de uma estrutura discursiva, pois na enunciação o dizer é regulado por determinadas condições, ou seja, o conceito de cenas da enunciação é compreendido a partir da representação que o discurso faz da própria situação em que é enunciado.

Segundo Maingueneau (2006, p. 250),

a situação de enunciação não é uma situação de comunicação socialmente descritível, mas o sistema no qual se definem as três posições fundamentais do enunciador, do co-enunciador e da não pessoa. Como se sabe, está na base da identificação dos dêiticos espaciais e temporais, cuja referência é constituída em relação ao ato de enunciação.

A análise de cenas, que são construídas com a finalidade de legitimar o processo de enunciação do discurso proposta por Maingueneau (2008), é feita em três níveis: 1) a cena englobante, 2) a cena genérica e 3) a cenografia. A cena englobante corresponde ao tipo de discurso, ou seja, a qual esfera esse discurso pertence, pois há uma série de fatores que regulam os efeitos de sentido, dentre eles, as próprias CPs, ao passo que compreendemos seu

objetivo comunicativo. Assim, para que os sentidos façam sentido, é necessário estabelecer relação entre o gênero discursivo, os aspectos sócio-históricos de produção e como tudo isso interpela o sujeito.

Dessa forma, a cena englobante refere-se ao discurso, mais especificamente, à função social desempenhada pelo discurso, por isso temos o discurso político, o religioso, o humorístico, entre outros. Nesse sentido, no corpúsculo analisado neste trabalho, podemos pensar numa cena englobante de cunho político, isto é, num discurso político, por exemplo. De acordo com Charaudeau e Maingueneau (2014, p. 96):

A cena englobante é aquela que atribui um estatuto pragmático ao tipo de discurso a que pertence um texto. Quando se recebe um panfleto, deve-se ser capaz de determinar se ele pertence ao tipo de discurso religioso, político, publicitário...; dito de outra forma, em qual cena englobante é necessário se colocar para interpretá-lo, a que título (como sujeito de direito, consumidor, etc.) ele interpela seu leitor.

A cena genérica está atrelada, mais propriamente, à funcionalidade do gênero, não apenas à sua estrutura. Assim, a partir das cenas genéricas, é possível que o leitor faça antecipações acerca dos possíveis efeitos de sentidos que podem ser compreendidos/apreendidos daquele discurso, pois o próprio gênero impõe certos limites, e os sentidos podem ser vários; contudo, não qualquer sentido. A cena genérica está atrelada à comunicação entre os enunciadores, ou seja, agora não estamos mais falando de função social discursiva, mas de papéis sociais que podem ser assumidos pelos enunciadores, de acordo com o gênero. Nesse sentido, o fato de que a pichação é um gênero contraventor, vândalo, depredador do patrimônio público e privado, que deixa a cidade feia – como afirmam alguns discursos –, passa a ocupar um segundo plano no que se refere à significação, ou seja, considerando a definição de papéis, na pichação, o sujeito teria consciência política voltada para o social e para questões de inclusão, insatisfeito com o momento e/ou determinada situação, mas por não ter voz, nem meios de se fazer ouvido, utiliza-se dos muros para alcançar (interagir) com toda uma comunidade e não de causar qualquer dano estético para a cidade. Ambas as cenas, englobante e genérica,

constituem o espaço no qual o enunciado adquire sentido, uma vez que as regularidades limitam as margens para a construção dos sentidos.

Por fim, a cenografia não deve ser compreendida apenas como um cenário, mas como a constituição do próprio dizer. Ela é construída pelo próprio discurso, na enunciação, servindo para legitimar as falas do discurso, porque ela é produto e processo do momento constituído pelo discurso, o qual é argumentativo por natureza e tal objetivo concretiza-se por meio da cena de enunciação, pois é nela que os dizeres firmam-se e inter-relacionam-se com outros dizeres, com outros já ditos e não ditos. Segundo Maingueneau (2011a, p. 87):

*A cenografia é ao mesmo tempo a fonte do discurso e aquilo que ele engendra; ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, estabelecendo que essa cenografia onde nasce a fala é precisamente a cenografia exigida para enunciar como convém.*

Dessa forma, o discurso é sustentando e sustenta uma dada cenografia, pois a relação com a exterioridade: tempo, espaço e sujeito são essenciais para a produção e/ou apreensão dos sentidos. É a partir da cenografia, no caso das pichações, que o sujeito assume, em geral, o papel de fazer denúncias sociais, deixando de assumir apenas o estatuto de vândalo, como é, na maior parte das vezes, considerado, e passando a uma condição de sujeito que não é alienado, mas atento às questões sociais. De acordo com Maingueneau (2008, p. 117):

*A escolha da cenografia não é indiferente: o discurso, desenvolvendo-se a partir da sua cenografia, pretende convencer instituindo a cena da enunciação que o legitima. O discurso impõe sua cenografia de algum modo desde o início; mas, de outro lado, é por intermédio de sua própria enunciação que ele poderá legitimar a cenografia que ele impõe. Para isso, é necessário que ele faça seus leitores aceitarem o lugar que ele pretende lhes designar nessa cenografia e, de modo mais amplo, no universo de sentido do qual ele participa.*

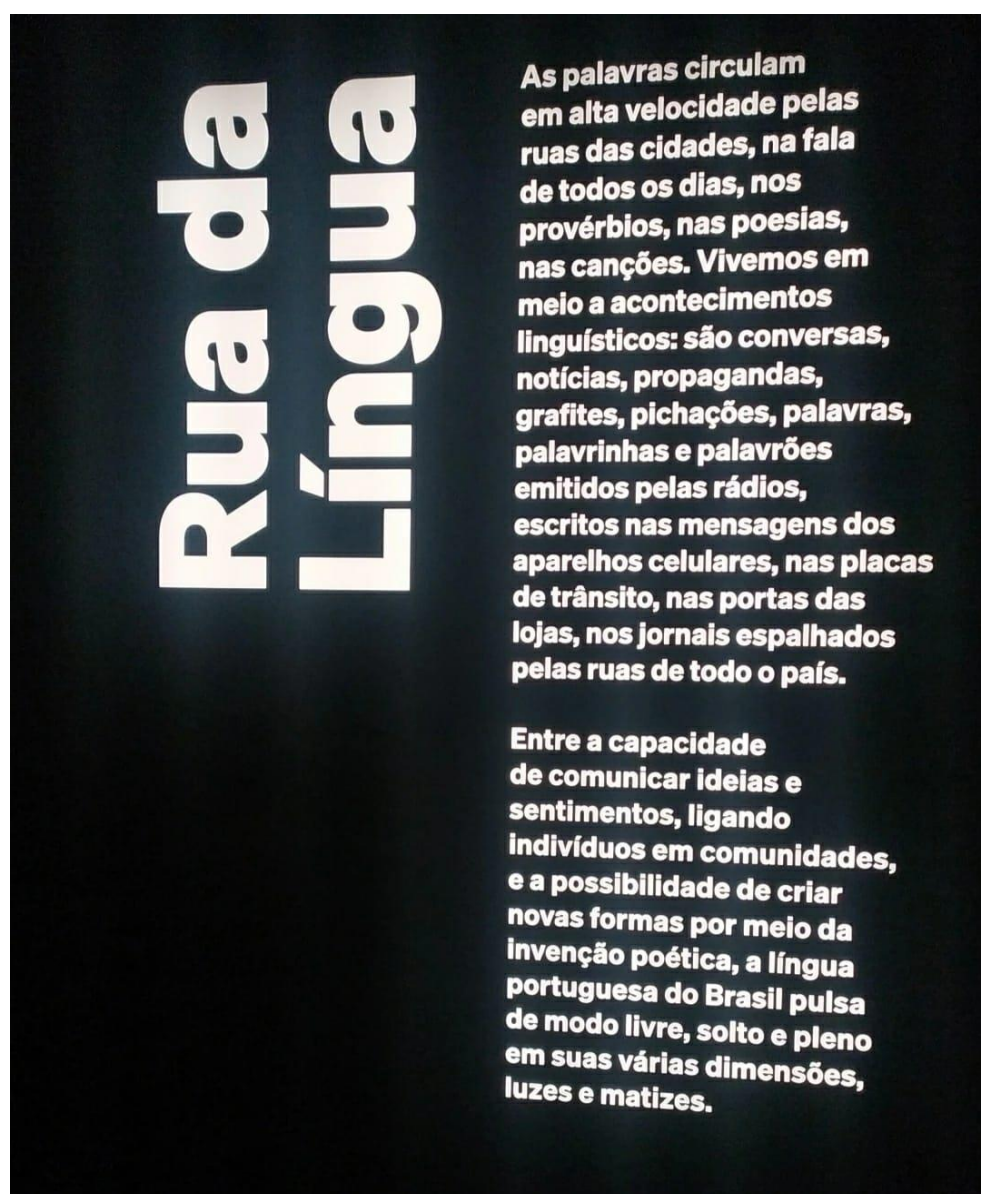
Quanto ao nosso cópús, entendemos que a pichação constitui-se, antes pelo discurso, pelos efeitos produzidos/apreendidos, a partir desta cenografia e, posteriormente, faz menção ao próprio gênero. Há um muro

pichado, numa determinada cidade, a partir de condições de produção específicas: produz sentidos e, principalmente, ressignifica efeitos do dizer. Isto é, faz pensar a pichação como uma manifestação revolucionária.

O sentido não nasce da vontade repentina de um sujeito enunciador. O discurso tem uma memória, ou seja, ele nasce de um trabalho sobre outros discursos que ele repete, ou modifica. Essa repetição ou modificação não é necessariamente intencional, consciente, nem imediata [...] Ao contrário, pode ser oculta ao sujeito enunciador (MITTMANN, 1999, p. 272).

Dessa forma, à medida que esses discursos vão sendo vistos/divulgados, vão ganhando espaço, inclusive na memória coletiva dos sujeitos e, assim, a cena é validada: é o encontro do sujeito individual com os sujeitos coletivos. A pichação é, portanto, grito social, pois é possível considerá-la uma manifestação, uma revolução, um espaço para se colocar onde muitos podem ver. É grito social porque, muitas vezes, revela uma luta por direitos, o dizer onde não pode ser dito. O gênero evidencia denúncia e reflexão política e/ou social, permitindo afirmar que a palavra é livre e os efeitos de sentido são diversos. Tal ideia é defendida inclusive, na atualidade, pelo Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, por exemplo, que, após o incêndio de 2015 e sua reforma, conforme a figura 2, constatou a necessidade de trazer a língua e a rua para continuar a construção histórica da manifestação da materialidade linguística, evidenciando, de maneira importante, o olhar para a pichação enquanto gênero, enquanto construção discursiva com funcionalidade e, conseqüentemente, como uma manifestação linguística social que produz vários e significativos efeitos de sentido.

Figura 3: rua da língua.



**Fonte:** Museu da Língua Portuguesa – São Paulo (próprio autor).

Assim, a pichação reflete diretamente a sociedade, criando atravessamentos, não só ideológicos, mas também culturais, pois gera novos efeitos de sentido, dependendo do sujeito que apreende o dizer, é o modo de

carregar o mundo dentro de cada sujeito, através das redes de relações e, também, dos acionamentos que são transpostos a partir do sócio-histórico.

## 2.3 OS GESTOS DE LEITURA

O dizer nunca é um só. A Análise de Discurso introduz, na reflexão a respeito da linguagem, o sujeito e a história, ambos tomados pela ideologia, por isso, a teoria compreende a linguagem ligada à noção de funcionamento, assim, a história inscreve-se na língua para que produza sentidos, e sentidos diversos: os discursos repetem-se e é em decorrência desta repetição que o discurso é produzido.

Os indivíduos são interpelados em sujeitos falantes (em sujeitos de seu discurso) por formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes [...] a interpelação do indivíduo (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (PECHÉUX, 2009, p. 198).

Isto é, o sujeito pensa ser fundante do dizer, quando, na verdade, é apenas o dizer de outra forma, de modo a propiciar outros efeitos, a paráfrase: o processo de ressignificação, ressignificar um sentido outro, decorrente das diferentes formas de movimentos para enunciar o dizer.

### 2.3.1 Os ditos: memória discursiva, pré-construído e interdiscurso

*Mémoire, Histoire: loin d'être synonymes tout les oppose.*

*La mémoire est la vie...*

*Elle est em évolution permanente,*

*ouverte à la dialectique du souvenir et de l'amnésie,*

*inconsciente de ses déformations successives, ...*

*susceptible de longues latences et soudaines revitalisations.*

*L'histoire est une représentation du passé*

*La mémoire senracine dans l'espace, le geste, l'image et l'objet.*

*L'histoire ne s'attache qu'aux continuités temporelles.*<sup>5</sup>

(Pierre Nora, *Les Lieux de Mémoire*, 1984, p. XIX).

Todo dizer é a significação ou mesmo a ressignificação de um dizer anterior, pois nenhum discurso é novo, nem único, nem original, mas sempre há interpretação, há outros sentidos, há ressignificação. Conforme afirma Orlandi (2012, p. 30),

A significância é no entanto um movimento contínuo, determinado pela materialidade da língua e da história. Necessariamente determinado por sua exterioridade, todo discurso remete a um outro discurso, presente nele por sua ausência necessária. Há o primado do interdiscurso (a memória do dizer) de tal modo que os sentidos são referidos a outros sentidos e é daí que eles tiram sua identidade.

Pêcheux, na terceira fase da AD, afirmou que o interdiscurso seria considerado equivalente à memória discursiva, isto é, uma soma de já ditos que auxiliam e/ou sustentam os novos discursos. Por essa razão, há sempre alguma coisa que fala antes, em outro lugar, independente do aqui-agora, pois os sujeitos são clivados. A memória é o que denominamos interdiscurso: é um dizer novamente, é um conhecimento discursivo, que não controlamos, porque constitui, ao atravessar os sujeitos, os múltiplos discursos. Orlandi (2015, p. 29) acrescenta que

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra.

Por essa razão, o sentido se reproduz e também pode ser ressignificado, pois todo discurso tem origem em um discurso anterior. Nesse

---

<sup>5</sup>Memória, História: longe de serem sinônimos tudo as opõe. A memória é vida...ela está na evolução permanente, aberta à dialética da lembrança e da amnésia, inconsciente de duas deformações sucessivas... suscetível de longas latências e repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que já não existe mais. A história é uma representação do passado. A memória enraíza-se no espaço, no gesto, na imagem, e no objeto. A história apega-se tão somente às continuidades temporais (tradução nossa).

sentido, o interdiscurso refere-se ao já dito, no entanto, decorrente dos esquecimentos, em que, segundo Orlandi (2015, p. 31), “é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o ‘anonimato’, possa fazer sentido em minhas palavras”. Os esquecimentos, aos quais os sujeitos são determinados, tornam-se possíveis por conta desses apagamentos, para que, assim, sejam produzidas as paráfrases: parecer novo, a ressignificação, o esquecimento 2, presente na enunciação. O esquecimento 1, classificado por Pêcheux (2002), consiste em um esquecimento ideológico, e faz parecer que é o próprio sujeito a origem dos dizeres, quando, na verdade, esse mesmo sujeito retoma um já dito, pois os discursos já estão em processos, inscritos na língua e na história.

Por isso, Maingueneau (1997, p. 115) aponta que “toda formação discursiva é associada a uma *memória discursiva*, constituída de formulações que repetem, recusam e transformam outras formulações”. Logo, conforme Orlandi (2015, p. 30),

o dizer não é propriedade particular. As palavras não são nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele.

Dessa forma, por conta da memória e do interdiscurso, os discursos ressurgem em discursos outros, atrelados a formações ideológicas diversas, determinados em distintas formações discursivas, proporcionando os efeitos de sentidos que são/e podem ser vários, mas nunca qualquer um. A memória discursiva e o interdiscurso funcionam antes do sujeito e, também, são independentes do sujeito. Em outras palavras, é necessário que exista um sentido anterior para que novos sentidos possam ser construídos. Nas pichações, o pré-construído, a memória e o interdiscurso trabalham intensamente, pois os sentidos só são produzidos/apreendidos quando entendemos as relações que se estabelecem entre o dizer do aqui e do agora e os dizeres anteriores: a repetibilidade de certos sentidos, o que possibilita um gesto de leitura e não outro, já que a repetição, por vezes, pode levar a um deslizamento, a uma ressignificação, ou seja, os efeitos são diversos, pois estão à deriva.

O discurso não adquire sentido a não ser no interior de um universo de outros discursos, através do qual ele deve abrir um caminho. Para interpretar o menor enunciado, é preciso colocá-lo em relação com todos os tipos de outros, que se comentam, parodiam, citam (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2014, p. 172).

Logo, tudo o que já foi dito uma vez é esquecido por nós e volta a ser proferido como se fosse algo novo e único, conforme o esquecimento 1. E mais. Todo dizer, por ser atravessado sócio-histórico e ideologicamente propicia inúmeros efeitos de sentidos. Não existe um sentido pronto, os sentidos são determinados pelas posições que cada sujeito ocupa no processo enunciativo, pois os efeitos de sentidos, decorrentes das relações sócio-histórico-ideológicas, são múltiplos e diversos. Os sujeitos, os discursos e os sentidos estão, a todo momento, passando pelo processo de significação e, principalmente, de resignificação.

### 2.3.2 Os não ditos e os silêncios no jogo da resignificação

O silêncio, na Análise de Discurso, não é a ausência de ruído. O silêncio é produto político, ou seja, é resultado de divisão de sentidos. As CPs determinam e/ou alteram os sentidos, é aquilo que está e não está, é aquilo que é não dito, mas poderia ser dito: não foram ditos, porém são captáveis. O silêncio é produto das escolhas discursivas, das escolhas linguísticas; ele é, também, ponto de deriva, deslocamento dos sentidos, justamente por não estar dito, mas por poder ser dito.

O silêncio não é ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor mas impedi-lo de sustentar outro discurso. Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que possam causar rupturas significativas na relação de sentidos. As palavras vêm carregadas de silêncio(s) (ORLANDI, 2007a, p. 102).

Para iniciar: “Há um modo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silêncio. Há silêncio nas palavras” (ORLANDI, 2007a, p. 11). Os sentidos não

estão concentrados apenas no dizer, mas, sobretudo, naquilo que não é dito: no silêncio, pois estar em silêncio é estar no sentido. O silêncio é contínuo e, ao mesmo tempo, disperso, segundo Orlandi (2007a), e, por essa razão, o sujeito é capaz de mover as significações, proporcionando à existência de mais efeitos de sentido vindos de um mesmo discurso.

Dessa forma, compreendemos que o silêncio é fundante e fundador dos sentidos, ou seja, é condição especial para a existência do sentido, pois o movimento de silenciar ou mesmo de sair do silêncio gera um efeito: o silêncio, muitas vezes, reflete a resistência, principalmente no gênero pichação. O silêncio é fundante porque o sentido está na iminência do dizer e do acontecer, mas não significa que, de fato, o dizer aconteceu, e tal intercorrência proporciona que sentidos outros possam ser produzidos, pois o dito é simbólico, é histórico, é fundante do sentido.

Significa que o silêncio é garantia do movimento de sentidos. Sempre se diz a partir do silêncio. O silêncio não é pois, em nossa perspectiva, o “tudo” da linguagem. Nem o ideal do lugar “outro”, como não é tampouco o abismo dos sentidos. Ele é, sim, a possibilidade, para o sujeito, de trabalhar sua contradição constitutiva, a que situa na relação do “um” com o “múltiplo”, a que aceita a reduplicação e o deslocamento que nos deixam ver que todo discurso sempre se remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa (ORLANDI, 2007a, p. 24).

Assim, seria possível entender o silêncio como o não dito, e, também, como aquilo que foi apagado ou mesmo excluído, que é e está na história, à medida que estabelece a relação do sentido com o imaginário, com a língua e com a ideologia, já que o sentido não para, ele muda a sua forma de caminhar, até porque o sentido pode chegar de qualquer lugar, ele é movente, e tal movência desdobra sentidos outros.

Orlandi (2007a) divide, ainda, a política do silêncio em duas frentes de ocorrências. Em primeiro lugar, um silêncio constitutivo, ao dizer de uma forma, não é possível dizer de outra, uma vez que não é possível falar tudo, ou seja, ao dizer isso, e não dizer aquilo. Tal silêncio ocorre, principalmente, por conta dos atravessamentos que constituem cada sujeito, por exemplo, ao utilizar uma palavra e não outra, produz um sentido e não outro, não é possível falar a partir de todas as perspectivas, pois todo sujeito é ideologicamente determinado.

Para a autora, dentro da perspectiva da AD, é a partir do silêncio, da relação sujeito e história, que outros sentidos vão sendo produzidos. Além disso, a autora inclui o silêncio local, que é o silêncio em relação a algo ou alguma coisa que poderia ser dito, mas que em decorrência das condições de produção não podem ser ditos, isto é, são silenciados, tal como uma censura.

Não se pode compreender o funcionamento da linguagem sem compreender o estatuto particular do silêncio nos processos de significação [...] o estudo do silêncio produz um deslocamento em relação a duas fronteiras: a) a que existe entre dito e não-dito; b) a que existe entre dito (não-dito) e a exterioridade que o determina (ORLANDI, 2007a, p. 151).

Nas pichações, quanto mais lacunar, mais a história grita, mais o silêncio se instala, mais possibilidades de sentidos são apresentadas: a busca pelo silêncio que não diz é fracassada, porque mesmo sem dizer, diz. Orlandi (2007a, p. 50) afirma que o “silêncio não é interpretável, mas compreensível. Compreender o silêncio é explicitar o modo pelo qual ele significa”. Deste modo, é possível falar sobre os efeitos de sentido, pois o que está em jogo é a relação de diferentes formações discursivas com diferentes sentidos, ou seja, todo sentido colocado em enunciação, em palavras, foi antes um silêncio, uma luta, já que, para compreender um discurso, deve-se, antes, perguntar, também, o que vai ser calado e o que vai ser ressignificado

### CAPÍTULO III

#### **AS RELAÇÕES ENTRE CIDADE E SENTIDO: A POLÊMICA E A DESOBEDIÊNCIA COMO INSTRUMENTOS DE REFLEXÃO**

A cidade deve, em todos os âmbitos, ser tomada como objeto de reflexão, como um espaço que é ideológico, político e, conseqüentemente, simbólico, isto é, espaço que produz sentido, uma vez que está habitado por sujeitos, que são assujeitados a produções e interpretações, por meio da linguagem, considerando o histórico e a ideologia. A sociedade é, constantemente, atravessada pelos discursos pichados na e pela cidade, e essas pichações desencadeiam um movimento de reflexão que busca, muitas vezes, fazer os sujeitos levarem essas manifestações adiante. Nesse sentido, a cidade, o urbano e o político, que é produto da divisão de sentidos, constituem uma realidade, reunindo crenças, posicionamentos, ideologias e atravessamentos.

No território urbano, o corpo dos sujeitos e o corpo da cidade formam um, estando o corpo do sujeito atado ao corpo da cidade, de tal modo que o destino de um não se separa do destino do outro. Em suas inúmeras e variadas dimensões: material, cultural, econômica, histórica etc. O corpo social e o corpo urbano formam um só. Para nossa época, a cidade é uma realidade que se impõe com toda sua força. Nada pode ser pensado sem a cidade como pano de fundo. Todas as determinações que definem espaço, um sujeito, uma vida cruzam-se no espaço da cidade (ORLANDI, 2004, p. 11).

Assim, os discursos apreendidos nessas condições de produção evidenciam uma cidade que está produzindo sentidos por meio dos sujeitos que ali estão inseridos. No entanto, só é possível compreender os sentidos diversos quando o sujeito está em relação com a cidade e, ao mesmo tempo, com os outros sujeitos, porque o espaço urbano é compreendido como um espaço material que funciona como situação de significação, um espaço que é trabalhado na e pela história, fazendo-o, assim, simbólico, espaço de sujeito e de sentidos.

Por essa razão, consideramos a cidade como um espaço que significa e que também é significado, é a união de dois movimentos que contribuem para o processo de produção de sentidos: a língua assumindo lugar na cidade e, também, a cidade sendo simbolizada por meio de construções da linguagem. Por isso, sujeito e sentido formam-se ao mesmo tempo, pois pensar o sentido é pensar o sujeito, e aqui, especificamente, o sujeito que é urbano.

Orlandi (2004, p. 60) afirma que “não é só a produção de sentidos que constitui o processo de significação, mas também [...] seu modo de existência”, ou seja, os sentidos estão atrelados às condições de produção, ao tempo determinado e ao sócio-histórico. Logo, o discurso urbano

desenvolve-se em um espaço próprio, que se constitui por relações entre seres que se significam e significam as relações que sustentam a própria existência deste espaço como um espaço vivido/dividido com seus gestos de significação. Trabalhar este espaço, pensando-o simbólica e politicamente, significa pensá-lo não como o pensa o urbanista, o arquiteto, o sociólogo, o antropólogo urbano, breve, os profissionais do espaço. Embora todas essas formas de pensar [...] nos interessa, nossa contribuição específica está em tratar de apreender o jogo da interpretação e seus efeitos nesse espaço (ORLANDI, 2004, p. 26).

Ao refletir sobre o espaço urbano, é necessário, então, pensarmos, ao mesmo tempo, os sujeitos que ali vivem, os discursos que ali circulam, e os sentidos que atravessam e significam esses sujeitos e esse espaço, pois não podemos pensar a linguagem sem pensar a sociedade, isto é, o espaço significa o sujeito e o sujeito significa o espaço, uma multiplicidade de indivíduos que são e que só existem ligados à materialidade dentro da qual existem, exatamente em uma via de mão dupla. Por essa razão, o espaço urbano é lugar de interpretação, uma vez que pensar o sujeito, a linguagem em relação ao espaço é a maneira mais clara de refletir acerca das razões de existência dos sujeitos no corpo social: vivendo e produzindo sentido.

Dessa forma, as relações entre cidade, sujeito e sentido evidenciam-se, a experiência do espaço não é uma experiência individual, mas uma experiência histórica e política, porque o propósito do espaço é produzir enquanto significa. No entanto, essa relação entre sujeito-espaço-linguagem nem sempre é direta, já que a linguagem não é transparente e fechada em si,

muito pelo contrário, ela abre espaço para interpretações diversas e sentidos outros, possibilitando, assim, compreensões variadas, e o espaço urbano, cheio de sentidos múltiplos, é parte dessas condições.

Logo, pensar a pichação é pensar nas possibilidades diversas da cidade fazer sentido através dos sujeitos, sujeito que picha e sujeito que, ao se deparar frente à pichação, apreende os efeitos de sentido a partir de suas condições, da exterioridade. Nesse sentido, o sujeito e a situação, assim como a linguagem, também não são transparentes, eles são interpelados ideologicamente pela linguagem, pelas condições de produção, pela memória discursiva: sujeito e sentido.

Embora todas as formas de pensar a cidade nos interessam, nossa contribuição específica está em tratar de apreender o jogo da interpretação e seus efeitos nesse espaço em que o que é urbano e o que é social se sobrepõem. Interessa-nos desse modo compreender outras formas de significação já em processo na história urbana e movimentos sociais que não são perceptíveis por categorias fechadas de ciências sociais mas detectáveis por um estudo que tem como objeto o discurso, sentidos em processo, sujeitos em vias de deslocamento, no movimento da (sua) história (ORLANDI, 2004, p. 26).

Por essa razão, a cidade significa e é apreendida a partir da linguagem e dos sujeitos. A cidade é, então, lugar de resistência, de curso, de censuras e, obviamente, de sentidos, pois o dizer é instrumento e manifestação do processo e do efeito da linguagem nos traços ideológicos e históricos. Portanto, a pichação é, apesar de ilegal, produto de sentidos, é discurso em curso e efeitos em cena, visto que os dizeres que ali são colocados e apreendidos evidenciam a cidade, através do corpo social, em manifestação.

Tal manifestação, como afirma Amossy (2017), enquadra-se no que se compreende como polêmica. A polêmica consiste em uma dicotomia que deve, principalmente, abordar um assunto de interesse público, de modo que não seja simplesmente uma discussão, isto é, uma disputa entre particulares. A polêmica é, sobretudo, um propósito político que, no entanto, não pode ser conduzido a partir de um combate que consiste em vencer pela violência, mas a polêmica precisa aparecer como uma reação a uma tomada de posição. Amossy (2017, p. 53) afirma, também, que a “polêmica seria, então, a manifestação

discursiva sob forma de embate, de afrontamento brutal, de opiniões contraditórias que circulam no espaço público”.

Com isso, discutirmos acerca do dissentimento entre grafite e pichação torna-se considerável, uma vez que uma das partes, o grafite, é visto, na atualidade, como arte e, em contrapartida, a pichação, como ilegalidade, segundo o aspecto jurídico, por estar à margem e pelo fato de a sociedade, de modo geral, não desejar que os sujeitos que produzem os discursos pichados tenham e assumam os lugares de fala. Logo, é preciso romper esse nicho social, e, por isso, muitas vezes, tais sujeitos entram no âmbito do ilegal. Ilegal, nesse caso, é a maneira do dizer tornar-se manifestação por, justamente, romper com o paradigma social, ou seja, o padrão que a sociedade impôs como correto.

Ademais, sabemos que os sentidos produzidos pelo grafite e pela pichação são distintos, porque possuem particularidades, entre elas, principalmente, o fato de o grafite estar diretamente relacionado à imagem em âmbito artístico, pois, pelo senso comum, são figuras pensadas e elaboradas, que buscam criar paisagens harmônicas ao espaço urbano. Contrariamente, a pichação, que advém da escrita, não é autorizada, além de ter inerentemente uma vocação clandestina, que invade as ruas com dizeres, muitas vezes, hostis para uma determinada parcela da sociedade, uma vez que escancara verdades e mazelas dessa mesma sociedade, que possui uma tendência natural de ignorar os problemas que não as atinge diretamente: “On veut pas débattre / on veut décider (não queremos debater/ queremos decidir)” (figura 1).

Por essa razão, “a polêmica se mostra, ao contrário, rica de ensinamentos na medida em que ela revela muitas coisas sobre a sociedade e a época na qual o discurso polêmico circula no espaço público” (AMOSSY, 2017, p. 49), ou seja, a primeira marca da polêmica como debate contemporâneo é uma oposição de discurso.

Avaliando o *cópus*, a pichação, enquanto gênero do discurso que possibilita efeitos de sentido, possui formas distintas de se manifestar, por exemplo: 1) dizeres indecifráveis, que têm como objetivo principal à comunicação entre grupos determinados, ou mesmo a finalidade de retratar disputas entre espaços, essas letras que parecem disformes para alguns, mas que apresentam sentidos a outros, a grupos específicos; 2) manifestação de valores sociais relevantes, que é o aspecto que nos interessa analisar neste

trabalho, são denúncias sociais que buscam despertar reflexão na sociedade, as pichações variam de uma para outra, porque tanto sujeitos como condições de produção (CPs) também são variáveis e diversos.

Há, portanto, um desejo em compreender a cidade por meio do discurso, e, por isso, relacionar sujeito, história e a língua é o vínculo que possibilita os efeitos do dizer. Além disso, a partir das pichações selecionadas, buscamos evidenciar os discursos que revelam problemas sociais, tema recorrente nesse tipo de manifestação, porque, mesmo as pichações ditas indecifráveis estão buscando, por meio do muro, no urbano, uma forma de serem notadas.

Para esse trabalho, as temáticas escolhidas abordam, muitas vezes, injustiças entre as classes sociais, já trabalhadas por Marx, na teoria da luta de classes, pois aqueles que possuem os bens de produção, frequentemente, aproveitam-se das classes que não detêm tais bens. Logo, a luta contra uma sociedade que é opressora mantém-se intensa, é como se os sujeitos que picham utilizassem o muro, talvez como única opção, já que, como dito, são sujeitos quase sempre marginalizados, para cobrar mudanças através de posicionamentos assumidos e revelados por meio dos diversos discursos.

A cidade tem assim seu corpo significativo. E tem nele suas formas. O rap, a poesia urbana, a música, os grafites, pichações, inscrições, outdoors, painéis, rodas de conversa, vendedores de coisa-alguma, são formas de discurso urbano. É a cidade produzindo sentidos. Como funcionam? Como *flagrantes*. São formas de significar com sua poética, por assim dizer, incluídas na própria forma material da cidade. Não se destacam dela senão como *lembretes* para o exterior. E isso é que faz com que aí se inaugurem outras formas de narratividade que não têm um narrador com seu “conteúdo”, nem são textos fechados, destacados das condições de que fazem parte (ORLANDI, 2004, p. 31).

Na contemporaneidade, a pichação está, constantemente, atrelada a uma necessidade de apresentar para o coletivo as demandas sociais e políticas de determinados sujeitos. A escrita, os desenhos e mesmo os traços não decifráveis por todos são essenciais para a evolução do homem no que tange à comunicação. Os indivíduos, já na pré-história, representavam o cotidiano nas paredes, como marca, como evolução da espécie. E, apesar de significada ilegal,

marginal e um vandalismo, a pichação produz outros sentidos, uma das formas de discurso urbano se constituir, trazendo para o corpo da cidade o corpo do social.

Por isso, as pichações escolhidas buscam evidenciar essa intervenção social, pois são por meio delas que determinados sujeitos reivindicam seus direitos por meio dos muros, para alguns pichadores, pichar é uma prática artístico-urbana, para outros, a forma de ser reconhecido em um grupo, para outros transgressão social, de modo a fazer com que a sociedade, ao se deparar com tais discursos, reflita acerca dos assuntos citados ali, fazendo com que o discurso produza sentidos, isto é, a depender da FD, há diferentes formas de significar a pichação. A pichação leva à rua uma manifestação simbólica que possibilita a apreensão de múltiplos significados, pois quando um pichador decide se expressar, ele está, na realidade, produzindo sentido e reagindo aos sentidos já existentes, atuando de forma não obediente, uma vez que age de maneira ilegal.

Desobediência, segundo Gros (2018), divide. No entanto, o principal problema, ainda para o autor (2018, p. 9), “não é a desobediência, o problema é a obediência”, pois é na obediência que o coletivo é formado, que as semelhanças são construídas, diferentemente da desobediência que é responsável por divisão. Quando o sujeito, nesse caso específico, o pichador, picha, ele quebra, como já discutido, uma lei, tornando-se, então, incorrigível, isto é, um sujeito impossibilitado “de se submeter “às normas do coletivo, de aceitar as regras sociais, de respeitar as leis públicas” (GROS, 2018, p. 27).

Por essa razão, é importante que se tenha discernimento para que a disciplina não se torne uma escravidão ao sujeito. E para que, ao mesmo tempo, o sujeito não seja submisso, forçado a agir a partir dos desejos dos outros, pois, quando assim ocorre, apesar de agir, ele continua a ser um sujeito em passividade, uma vez que não faz por conta de seus desejos, ele segue e executa as ordens alheias a ele, demonstrando claramente a atuação das relações de poder.

Dessa forma, Orlandi (2004) aponta que o sujeito, que é constituído e atravessado sócio-histórico e ideologicamente, enxerga-se no urbano e passa a produzir sentidos na cidade através dos discursos. A pichação é uma escrita urbana e é difícil não encontrarmos alguma nas cidades, pois ela é a escrita que

se representa e, ao mesmo tempo, revela sujeitos pertencentes ou que acabam de pertencer ao lugar. Nesse sentido, a pichação está integrada ao ritmo da cidade contemporânea e ela se comunica com os sujeitos que são, também, contemporâneos e urbanos.

Pensamos que falar em desobediência é falar sobre as relações de força, isto é, quem determina o quê e quem é obrigado a obedecer. Em relação à pichação, a desobediência se dá, simplesmente, pelo ato de pichar, pois juridicamente o ato é crime, seja uma propriedade privada, seja contrapondo os discursos institucionalizados, ou mesmo por dizer o que alguém não gostaria de ouvir, por exemplo. Desobedecer é, desse modo, um modo de resistência. Pêcheux (1990) coloca a resistência não como um ato em si, mas como a possibilidade de deslocamento dos sentidos já estabilizados, de sentidos que rompem com um círculo de repetição, ou seja, uma ruptura de um ritual ideológico. No caso da pichação, a forma, o lugar, o que dizem e o que não dizem rompem com o imaginário ou norma de uma língua homogênea, de uma escrita uniforme de acordo com a norma culta, por exemplo. Nesse viés, Orlandi (2007, p. 116) acrescenta que a pichação é um reflexo, pela perspectiva discursiva, “do que é a língua não pensada como sistema fechado mas sujeito a falhas. Um trabalho do equívoco produzindo efeitos, jogando não o jogo da língua mas sobre ela, na forma que ela se dá de representação da escrita”.

No entanto, o pichador – com preocupações coletivas – não está ali para sujar o ambiente, mas sim para marcar a cidade, através de denúncias sociais, por meio dos muros, com o objetivo de se fazer ouvir, marcando sua presença, em uma disputa por espaço e por voz; o sujeito pichador está colocando questões que necessitam de visibilidade e de reflexão, porque esse é um meio pelo qual poderá ser ouvido. Porque é preciso compreender a função social do muro. Ele, ao mesmo tempo em que cerca fisicamente, também o faz de forma social, ou seja, todo o contexto que ele separa ao ser construído, o que pertence ou não a dados sujeitos. O pichador, portanto, não é só ilegal, mas é, também, um não querer ser legal, pois pichar é se colocar contra as regras e contra as leis. A pichação é, nesse sentido, um gênero iminente polêmico, porque põe em tensão diferentes discursos, diferentes sentidos e formações discursivas.

Dai, enfim, a inscrição da liberdade não apenas como direito dos indivíduos legitimamente opostos ao poder, as usurpações, aos abusos do soberano ou do governo, mas [da] liberdade que se tornou um elemento indispensável à própria governamentalidade. Agora só se pode governar bem se, efetivamente, a liberdade ou certo número de formas de liberdade forem respeitados. Não respeitar a liberdade é não apenas exercer abusos de direito em relação à lei, mas é principalmente não saber governar como se deve. A integração das liberdades e dos limites próprios a essa liberdade no interior do campo da prática governamental tornou-se agora um imperativo (FOUCAULT, 2008, p. 474).

Uma das funções, portanto, do muro é delimitar o que é público do que é privado, mas na prática, esses espaços acabam se entrelaçando e assumindo significados diversos. O muro pode, por exemplo, ser considerado um ato de agressão física ao social, por criar dadas barreiras, então, os pichadores, a partir dessa condição, aproximam-se da cidade de modo a eternizar a sua marca, ou seja, o picho passa, agora, a ser, muitas vezes, a construção de uma reflexão social. Na opinião de Orlandi, (2004, p. 105):

Pomos nosso olhar na interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia, sua individualização pelo Estado (constituindo-o pela relação com as instituições e dos discursos) e sua identificação, enquanto sujeito assim constituído e individualizado, através de processos que lhe conferem identidade. A identidade, como a considero, não é, portanto, imanente, não é consubstancial ao indivíduo, ela é resultado de processos de identificação a partir do modo como o indivíduo é interpelado em sujeito e individualizado pelo Estado (pelas instituições). A identidade é um movimento na história.

A pichação é, em todas as formas de manifestação, caracterizada por uma expressão dos sujeitos face ao contexto sociocultural. A pichação mostra-se como uma possibilidade de a cidade apresentar-se como um aglomerado de dizeres com teor crítico, nem sempre positivos e, na maioria das vezes, relacionado a assuntos políticos, os quais desencadeiam movimentos de atravessamentos e ressignificações diversos. Em meio a esse jogo de infinitos e de incompletudes, entendemos a Análise de Discurso como uma ferramenta eficaz para irmos além dos significados e criarmos métodos para verificarmos e entendermos o lugar no qual esses efeitos de sentidos são produzidos e determinados, compreendendo, assim, os mecanismos que propiciam a

produção desses discursos e a apreensão das múltiplas possibilidades de dizeres, que vai além dos efeitos de sentido e confronta o lugar em que os sentidos são produzidos e fazem sentido, ou seja, é o lugar em que o simbólico e o político articulam-se para produzir esses efeitos.

A pichação é, portanto, uma das formas linguagem constituída de matéria significante própria, cuja significação permite analisar como o homem (se) significa na e pela cidade, além da organização imposta. Dessa forma, torna-se imprescindível compreender como esse sujeito, que é afetado pela política do dizer, ao ter contato com as palavras, é, também, afetado pela história, permitindo que o dizer seja um dizer possível. O dizer urbano tem, então, vários pontos que o tornam material, entendendo que o simbólico, ao confrontar-se com o político, configura os sentidos para/na cidade, pois relações sociais são, ao mesmo tempo, relações de sentido, e, pensando na pichação, essas relações estão sobredeterminadas pelo urbano. Não há espaços vazios na cidade, pois a realidade é preenchida com os múltiplos dizeres. Para Orlandi, (2011, p. 10):

Em uma sociedade como a nossa, o sujeito urbano é o corpo em que o “capital” está investido. Num espaço de memória particular, a história de subjetividades que aí se instala se formula pela noção de “eu” urbano. Esse sujeito, por sua vez, como está produzindo sentido na cidade – textualizando sua relação com objetos simbólicos no mundo – produz uma realidade estruturada da maneira como esse espaço o afeta, reverberando sentido do/no imaginário urbano. Enquanto analistas, temos então nos textos produzidos, que são historicamente construídos, a presença dos vestígios desse modo pelo qual os sujeitos estruturam e se estruturam nessa realidade urbana. Este é nosso material de observação, nosso contato com os sentidos da cidade. Na relação com esses espaços moventes, interidentitários onde jogam incompletude e indistinção.

A partir disso, no entanto, é primordial colocar à tona a ideia de que a pichação circula no social, mas não tem ali um lugar institucionalizado, pois é uma unidade atópica, ou seja, está ali, mas não é, sempre e de toda forma, vista. Nesse sentido, Maingueneau (2015) afirma que, na AD, o sentido não está dentro do texto, o sentido resulta da relação entre texto e os sujeitos da comunicação. Por essa razão, há duas formas de pensarmos as relações de

sentidos que se estabelecem nos processos enunciativos: as unidades tópicas e as unidades não tópicas.

Beaucoup peuvent être tentés de restreindre la recherche aux unités « topiques », dont l'existence semble indiscutable. Un fait, il ne peut pas y avoir de l'ordre du discours, au sens d'une discipline des sciences humaines et sociales associée à des répondeurs empiriques, si l'on ne travaille pas sur des unités topiques, celles qui s'inscrivent dans des cartographies des usages langagiers. Mais il ne peut pas non plus y avoir de l'ordre du discours s'il y a exclusion des unités qui déjouent les unités préétablies. Replier l'analyse du discours sur les seules unités topiques, ce serait dénier, au sens psychanalytique, la réalité du discours, qui est mise en relation permanente du *discours* et de l'*interdiscours* : l'interdiscours « travaille » le discours, qui en retour redistribue perpétuellement cet interdiscours qui le domine. C'est de cette impossible clôture que me paraît témoigner la persistance de la notion de formation discursive. L'analyse du discours a besoin de l'ensemble de ses catégories, topiques et non-topiques, pour aborder la discursivité dans toute sa complexité<sup>6</sup> (MAINGUENEAU, 2011b, p. 99).

Quando se escolhe um gênero, espera-se, assim, um determinado sentido, criado a partir da sua funcionalidade, e, para Maingueneau (2015), as unidades tópicas sozinhas não dão conta das complexidades dos discursos, pois tais discursos não apresentam apenas espaços delimitados, eles possuem frases, fórmulas e textos que circulam e são tomados por enunciados diversos. Dessa forma, o discurso não pode ser visto sempre por meio de uma significação fixa, pois, conforme anteriormente, a circulação e o contato com o sócio-histórico fazem com que o sentido seja sempre construído de uma ou outra forma, entrando, aqui, a ideia de unidades não tópicas. As unidades não tópicas são constituídas pelas Formações Discursivas e pelos Percursos, elementos que

---

<sup>6</sup>Muitos podem ser tentados a restringir a pesquisa a unidades “tópicas”, cuja existência parece indiscutível. De fato, não pode haver análise de discurso, no sentido de uma disciplina de ciências humanas e sociais associada a sujeitos empíricos, se não trabalhamos as unidades tópicas como aquelas que fazem parte de cartografia de usos de linguagem. Mas não pode haver análise de discurso se houver exclusão de unidades que quebrem as fronteiras pré-estabelecidas. Restringir a análise do discurso somente às unidades tópicas seria negar, no sentido psicanalítico, a realidade do discurso, que se coloca em relação permanente do discurso e do interdiscurso: o interdiscurso “trabalha” o discurso, que, por sua vez, constantemente retribui esse interdiscurso que o domina. É dessa restrição impossível que me parece testemunhar a persistência da noção de formação discursiva. A análise do discurso precisa de todas as suas categorias, tópicas e não tópicas, para abordar a discursividade em toda sua complexidade (tradução nossa).

possibilitam analisar os discursos além das fronteiras limitantes impostas pelas unidades tópicas, já que os sentidos são construídos e revelados na própria enunciação.

Apesar da pichação ser, para muitos, considerada uma prática de subversão, os seus praticantes, muitas vezes, a enxergam como um grito de/por liberdade, o picho é um contradizer, uma espécie mesmo de desobediência contra o sistema, uma desobediência por ser, diferentemente do grafite, ilegal. Polêmico, portanto, pois apesar de se apresentarem da mesma forma, há, por conta de determinações jurídicas, uma oposição entre as formas desse dizer, isto é, apesar de similares, são, porém, opostos no que tange a permissões políticas e, também, sociais.

Nas pichações, os diferentes estilos de produção e manifestação relacionam-se ao estilo de vida de cada sujeito, bem como a suas relações cotidianas, suas experiências com a linguagem, além, é claro, dos atravessamentos sócio-histórico-ideológicos que interpelam cada indivíduo em sujeito. A relação social à qual a pichação está atrelada já justifica as próprias relações de poder que são estabelecidas socialmente; afinal, a lei determina que não se faça pichação, mas o pichador a utiliza para se expressar socialmente, principalmente contra o argumento do “não”.

Nesse ponto, a própria sociedade utiliza-se da mídia para cobrar uma posição da lei contra os sujeitos que praticam esse tipo de manifestação, o que acaba por reforçar, conforme podemos notar (afinal as pichações não pararam de existir, muito menos diminuíram), que o muro é o único espaço que possuem para se manifestar. Portanto, o poder exercido por determinadas classes sobre outras resulta nas desigualdades e nas injustiças sociais, pois os marginalizados são calados. E as estruturas de dominação são responsáveis por determinar – quase que em massa – o comportamento do restante da sociedade.

Nesse sentido, VAN DIJK<sup>7</sup> (2017, p. 44) assegura:

---

<sup>7</sup>Apesar de Van Dijk ser um autor da Análise Crítica do Discurso, teoria que difere da Análise de Discurso Francesa em alguns aspectos, seus estudos e apontamentos são de extrema importância para este trabalho, principalmente seu livro *Discurso e Poder* (2017), que aborda as formas de abuso de poder como, por exemplo, manipulação, doutrinação e desinformação, que acabam por gerar desigualdade e injustiças sociais. Por isso, seu uso nessa dissertação é de extrema importância, pois nosso trabalho reflete sobre o discurso político e o abuso de poder exercido por este tipo de discurso, além do mais, o gênero discursivo analisado é um gênero marginal (marginal porque está associado com ideias de exclusão e rejeição), por ser uma prática ilegal.

Quanto menos poderosa for uma pessoa menor o seu acesso às várias formas de escrita e fala. No fim das contas, os sem-poder “não tem nada para dizer”, literalmente, não têm com quem falar ou precisam ficar em silêncio quando pessoas mais poderosas falam, como no caso das crianças, dos prisioneiros, dos réus e (em algumas culturas, incluindo algumas vezes a nossa) das mulheres.

Assim, a pichação é, na maioria das vezes, um ato político, é uma intervenção que se torna um meio de comunicação, é anônima e ao mesmo tempo de todo um grupo. A pichação está para a escrita no mesmo sentido que o grito está para a fala, ambos precisam ser notados. A pichação é lugar de engajamento do sujeito enquanto parte do social, a parede passa a falar, já que as minorias se veem impossibilitadas de dizer, num processo de interdição que envolve aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais.

Dessa forma, a pichação é vista como quebra do controle (que é quebra da lei, que é quebra de conceitos, que é quebra de padrão), na busca por liberdade de dizer o que deseja, como deseja e onde deseja. Estamos falando, aqui, de sujeitos excluídos socialmente, de questões políticas que são deixadas à margem porque não beneficiam – diretamente ou indiretamente – a classe que é socialmente dominante. É o discurso da resistência. Charaudeau (2015) completa que há muitos lugares onde os discursos políticos são fabricados, e suas principais características consistem em ser social e circular no interior dos grupos que os produzem e, depois, locomovem-se até outros grupos. Assim, nesse processo, os discursos transformam-se numa movência infinita.

A pichação constitui os espaços da cidade e, de acordo com Medeiros (2013, p. 110) “circular no espaço urbano é, antes de tudo, uma experiência sensorial e imagética, das ações que constroem a visualidade da cena urbana, instaurando contornos sinuosos: os espaços cheios e os vazios”, isto é, simbólico, a cidade fazendo sentido e sendo sentido, uma vez que a pichação significa e se significa em relação às condições de produção.

---

## CAPÍTULO IV

### ANÁLISE DO CÓRPUS: A MATERIALIZAÇÃO DOS SENTIDOS

A Análise de Discurso, enquanto teoria, volta toda a sua atenção para o próprio discurso e, assim, produz diversos mecanismos que facilitam o entendimento acerca do funcionamento discursivo. Por essa razão, considerar a materialidade histórica, o social e as relações de interação entre os sujeitos, que são aspectos que se somam à própria linguagem, são essenciais, pois é a partir da combinação de múltiplos fatores que diversos efeitos de sentido são evidenciados.

Dessa forma, o sentido não se estabelece apenas pelas marcas linguísticas, mas, sobretudo, pela memória discursiva, que recupera valores políticos e sociais, bem como ideológicos de cada sujeito. Assim, o espaço urbano é um espaço material e funciona como lugar para significar e ressignificar o tempo todo, é um espaço simbólico no qual o social toma forma e sentido. Na cidade, portanto, o simbólico – pela linguagem – e o político – pelo poder – se entrelaçam para formar o discurso urbano.

Conforme Orlandi (2012, p. 14),

A Análise do Discurso permite pensar a leitura (escrita) além da interpretação: o sujeito, que interpreta, lê a partir de sua posição sujeito, o sujeito leitor crítico lê refletindo sobre sua posição sujeito, sobre as condições de produção de sua leitura, por isso ele não interpreta apenas, ele compreende, sem no entanto trabalhar sua determinação através da teoria.

Quanto às condições de produção, para as análises, dois pontos são importantes. Primeiro, as pichações foram coletadas em quatro países diferentes: Brasil, Chile, França e Portugal, o que nos revela, diretamente, condições de produção, bem como formações ideológicas e discursivas, também diferentes, uma vez que são lugares e momentos distintos. Além disso, outro ponto essencial o qual devemos muita atenção é que as pichações não são datadas, ou seja, os efeitos do dizer estão mais atrelados ao momento de leitura e apreensão dos sentidos do sujeito que capta a mensagem, o que pode, ou não, estar em consonância ao sujeito que produziu o referido discurso. A pichação

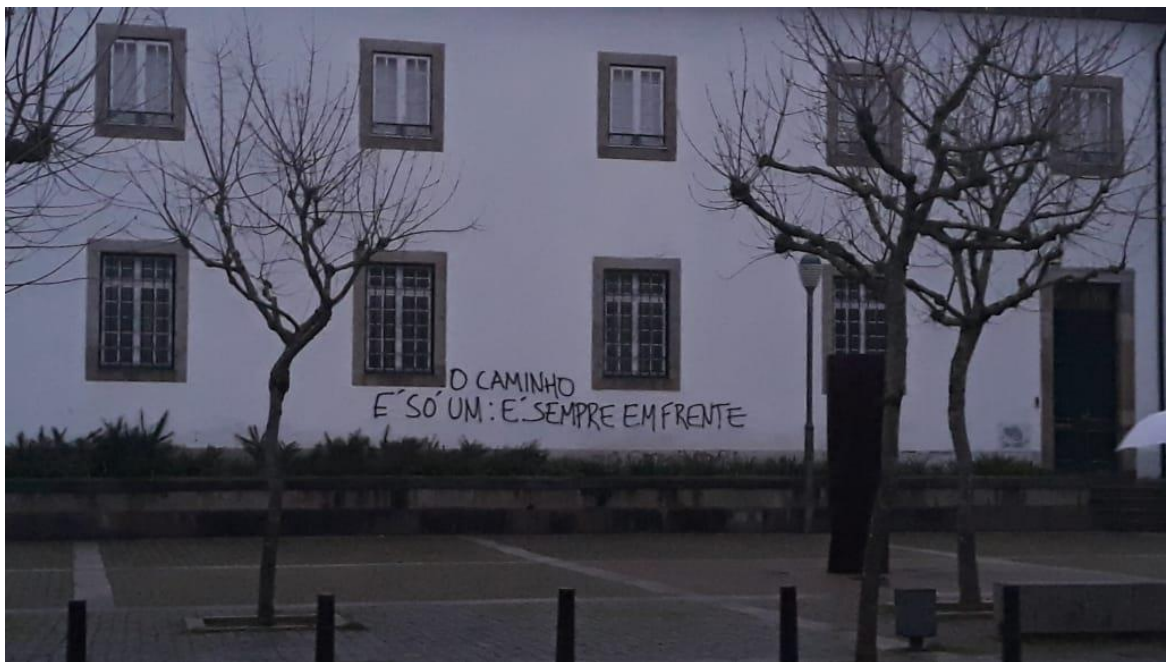
constrói a cenografia urbana (o aqui, o agora, a cena) na própria textualização, uma vez que sua funcionalidade é, justamente, carregar a transgressão.

Os efeitos de sentidos estão além dos sujeitos que produzem, a compreensão/apreensão cabe também aos sujeitos que recebem esses discursos, pois, para a Análise de Discurso, os enunciados não possuem apenas um único sentido, eles são plurais – o sentido é um efeito de sentido – porque eles dependem das condições de produção e das formações ideológicas nas quais estão inseridos. A pichação está ali para significar das mais diversas formas possíveis, reguladas pela exterioridade. Dar tinta ao muro é um processo notório de manifestação do sujeito, demonstrando através dos traços os discursos que são calados, abafados ou mesmo esquecidos.

Nesse sentido, não regulamos os efeitos de sentido, eles são produzidos, independente de nossa vontade, objetivo e controle. As antecipações são imaginárias e não garantia de correspondência entre real e imaginário. A pichação rompe categorias, padrões, fazendo com que organização e ordem entrem em confronto na cidade, ou seja, pelo discurso pichado, podemos pensar a linguagem e a resistência em relação à cidade, ao seu real.

Por fim, as pichações, mesmo sendo de países diferentes, mostram que, em decorrência de vivermos em um mundo globalizado, as temáticas podem, e são, muitas vezes, cíclicas e, mesmo em lugares diversos, os dizeres acabam sendo similares. No entanto, analisar cada uma das pichações aqui selecionadas requer cautela, porque cada pichação pode apresentar múltiplas formações ideológicas e discursivas. Nesse sentido, para que tenhamos análises de cunho científico, é necessário que todos esses fatores sejam levados em consideração.

**Figura 4: O caminho é só um: é sempre em frente**



**Fonte:** Portugal (próprio autor).

A cidade manifesta-se nas pichações, fazendo com que os efeitos de sentidos não fiquem parados, mas sejam moventes, causando impactos e questionamentos. Os múltiplos efeitos de sentidos que podem ser proporcionados pelo discurso legitimam-se através da cena enunciativa, ou seja, todo discurso está dentro de uma cena e essa cena é determinada de acordo com a estrutura do próprio gênero. O dizer, que é político e, também, social, característico da cena englobante, evidencia um objetivo comunicativo próprio: marcar o local para despertar reflexão.

Na pichação “o caminho é só um: é sempre em frente”, há esse desejo de despertar um processo de reflexão nos mais diversos sujeitos; essa pichação está no muro do seminário de São Pedro e São Paulo, na cidade de Braga – Portugal. A foto foi tirada no primeiro semestre de 2020; se tomarmos como ponto de análise o período pandêmico da covid19, o qual era vivenciado por todo o mundo, um dos possíveis efeitos de sentido é mostrar, mesmo diante das mazelas, um certo otimismo. Em Portugal, a Covid19 chegou a matar 21 mil pessoas e infectou mais de 3 milhões, conforme o site Antena Livre. A tinta utilizada na escrita não estava fresca, mas tão pouco desbotada, o que sugere uma produção não imediata, porém recente.

De acordo com Spinelli (2007), o ato de pichar é uma maneira que os sujeitos encontram de marcar a cidade que habitam, vivendo o eu-urbano a partir do eu-sujeito, pois cidade e sujeito são indissociáveis. Assim, através da cena genérica, evidenciamos alguns pontos, por exemplo, as regularidades do referido gênero, que escolhe um lugar apropriado para colocar seu dizer, mesmo não sendo apropriado socialmente, o que promove sua marginalização: o muro, uma vez que a exterioridade é muito importante no que tange aos efeitos de sentido, e veja que esse muro é seminário, o que nos leva a estabelecer um otimismo ligado à formação discursiva religiosa, quase que como um pedido, na busca, possivelmente, de esperança. Não há um alocutário específico, mas sujeitos participantes da sociedade, por essa razão, a escolha por uma linguagem simples e clara faz todo sentido, ser entendido pela maioria, mesmo ao usar um vocabulário próprio, o sujeito que enuncia tem seu plano de texto, seus objetivos e uma determinada função social.

Além disso, outros efeitos são possíveis quando analisamos, por exemplo, a materialidade linguística de tal discurso. Há um apelo subjetivo evidenciado pelo uso do recurso gráfico dos dois pontos, tornando a pichação mais poética, porque o sujeito poderia enunciar apenas “o caminho é sempre em frente”, mas a partir do momento em que escolhe dizer “o caminho é só um: é sempre em frente”, o sujeito realça o fato de não haver alternativas. Portanto, os dois pontos sinalizam esse dizer. Também, o uso do advérbio “sempre” reitera o sentido da expressão “só um”, pois, se o caminho é “só um”, então, não haveria necessidade de dizer que sempre tem que seguir, uma vez que essa seria a única possibilidade. Dessa forma, o termo “sempre” pode reforçar a FD da única alternativa, ou seja, o único caminho, que deve ser sempre adiante, tão instaurado socialmente, pois dar um passo para trás pode significar, na maioria das vezes, um retrocesso. No contexto da foto, muito provavelmente, pode significar o caminho para o fim: a morte.

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos,

pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção (ORLANDI, 2015, p. 28).

A cenografia, outro fator importante para a compreensão dos diversos sentidos que emergem do gênero, demonstra o motivo pelo qual a pichação é considerada marginal: o muro branco, com a pichação, muitas vezes, não é visto como uma manifestação político-social dos sujeitos, mas como vandalismo, essa é a cenografia, a cena que legitima a visão negativa do gênero. Porém, além da ideia de vandalismo, é necessário levar em consideração o processo de construção do dizer, ou seja, a reflexão que o sujeito busca despertar na sociedade. Logo, a cenografia construída legitima a possível crítica social.

A noção de cenografia se apoia na ideia de que o enunciador, por meio da enunciação, organiza a situação a partir da qual pretende enunciar. Todo discurso, por seu próprio desenvolvimento, pretende, de fato, suscitar a adesão dos destinatários instaurando a cenografia que o legitima. Esta é imposta logo do início, mas deve ser legitimada por meio da própria enunciação. Não é simplesmente um cenário; ela legitima um enunciado que, em troca, deve legitimá-la, deve estabelecer que essa cenografia da qual a fala vem é precisamente a cenografia requerida para enunciar como convém (MAINGUENEAU, 2015, p. 123).

Por essa razão, Guimarães (2013) acrescenta que o discurso carregará sempre determinadas significações, pois o sujeito que enuncia bem como o sujeito que compreende estão inseridos em condições diferentes. Os sentidos são múltiplos, porque o dizer nunca é repetido, mas retomado, não é dizer o mesmo, mas produzir movimento de forma que os sentidos possam ser diversos. Segundo Authier-Revuz (2004, p. 26), as palavras são sempre “as palavras dos outros (...) nenhuma palavra é neutra, mas inevitavelmente carregada, ocupada, habitada, atravessada pelos discursos nos quais viveu sua existência socialmente sustentada”, ou seja, um mesmo sujeito não pode falar de todas as perspectivas de significação, sempre que um discurso é enunciado, haverá sempre um não dito, um dizer que não foi apreendido.

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle

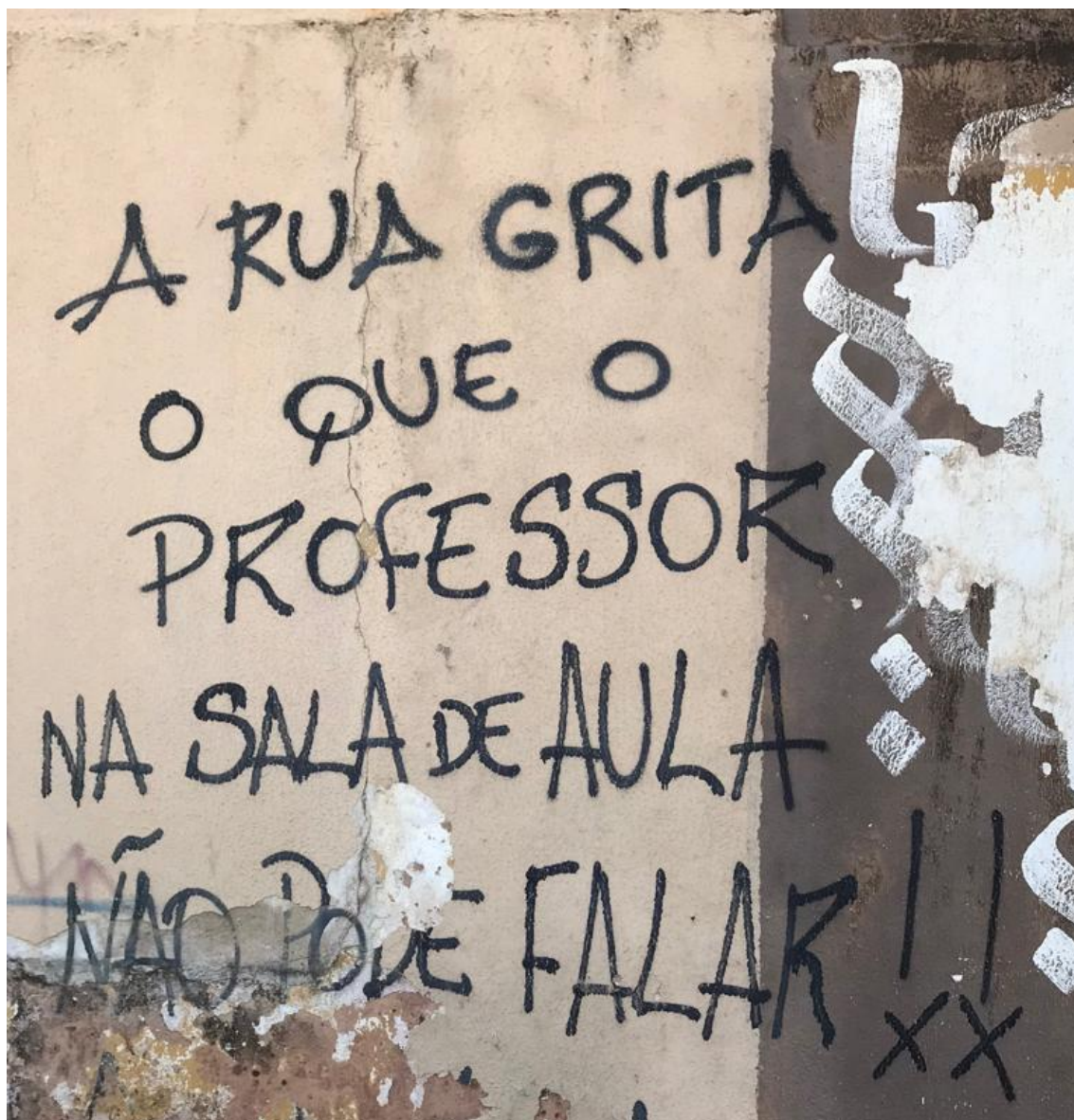
sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele (ORLANDI, 2015, p. 30).

Assim, pensando nas condições de produção atuais, em um momento em que a ciência é tão criticada e perseguida, por meio de medidas nas quais a ideologia político-partidária se faz mais forte do que qualquer discussão e projeto em prol do ensino e da educação como um todo, “*seguir em frente*”, pode, inclusive, denotar um apelo ao outro, e, ao mesmo tempo, a descrição dos sentimentos nada tranquilos de si (do enunciator). Há também, nesse sentido, a questão da polêmica: que questiona o fato de existir caminhos diversos, caminho para onde?; caminho para quem? Reflexões que, dependendo das respostas, propiciam um sentido outro. O “em frente”, na verdade, pode silenciar um dito possível: a possibilidade, então, que não estejamos caminhando e nos desenvolvendo.

Os efeitos apreendidos podem ser vários, dependendo das condições que atravessam cada sujeito: “sempre em frente” possibilita interpretarmos que o caminho deve sempre ser para o futuro, ou seja, nunca voltar atrás, pois, mesmo em situações complexas, é necessário que o sujeito social persista. Em tempos que representam tantas transformações, inúmeras mudanças de conduta, “sempre em frente” é um lema necessário, uma vez que a esperança deve ser cultivada.

Compreendemos, dessa forma, que a cidade faz o sujeito, porque ela se diz através dele. Os discursos pichados são, antes de tudo, discursos sociais, é a expressão do dito e, principalmente, do não dito, é o grito e, mais ainda, o silêncio que grita, é o processo de construção e/ou constituição do sujeito, por meio de suas posições ideológicas e suas condições de produção.

Figura 5: A rua grita o que o professor na sala de aula não pode falar ↓↓



Fonte: São Paulo (próprio autor).

Essa pichação estava na parede de algo parecido com um comércio que se transformou em uma casa bem simples, em uma região pobre de São Paulo. Ao tomarmos o discurso como uma ação na qual o sujeito expõe os acontecimentos do mundo, automaticamente, há, também, a busca por uma vontade de verdade. Podemos partir do ponto de que a escola ainda continua sendo um local de muita censura, de muita interdição. A pichação acima, assim como todo e qualquer discurso, acaba, por assim dizer, revelando um posicionamento a respeito do mundo.

Tendo em vista, principalmente o momento político vivido no Brasil, nos últimos 4 anos, é possível evidenciar, levando em consideração o trabalho docente, que muito da liberdade conquistada nas discussões políticas em sala de aula sofreu cerceamento, haja vista que professores carregaram o rótulo inclusive de doutrinadores, quando a discussão política pedia para partidos e ideologias não condizentes com a ideologia do presidente da época.

Todo enunciado é constituído por pontos de deriva, de forma que o sentido sempre pode ser um ou outro, ou ainda vários, e isso só é possível graças aos deslizamentos de sentidos, isto é, os sentidos à deriva. Segundo Pêcheux (2002, p. 53),

todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente).

Os sentidos são múltiplos, porque o dizer nunca é repetido, mas retomado, não é dizer o mesmo, mas produzir movimento de forma que os sentidos possam ser diversos. Um mesmo sujeito não pode falar de todas as perspectivas de significação, sempre que um discurso é enunciado, haverá sempre um não dito, um dizer que não foi apreendido. Conforme afirma Orlandi (2015), os dizeres significam a partir da relação língua e história. Os múltiplos efeitos de sentidos que podem ser proporcionados pelo discurso legitimam-se através da cena enunciativa, ou seja, todo discurso está dentro de uma cena e essa cena é determinada de acordo com a estrutura do próprio gênero.

Assim, a multiplicidade de sentidos afeta-nos enquanto sujeitos, pois cada um identifica-se com um sentido em detrimento de outro, isso acontece por conta dos atravessamentos que perpassam cada sujeito. Junto a isso, há o silêncio que faz existir ainda mais chances de o sentido migrar de um estado de significado para outro, por conta das determinações impostas aos sujeitos. Os sentidos podem mudar de caminho, mas isso não impede o discurso de ser dito, porque é história, algo que se repete, que é retomado, e há, ao mesmo tempo, um momento de rompimento, quando os dizeres ressignificam-se, nas condições que lhe são atuais. Gregolin (2003, p. 16) aponta que a história constrói-se no presente, “a partir de retomadas de idéias desenraizadas no passado”. Ademais,

através da cena genérica, verificamos a regularidade de um gênero, que escolhe o muro para colocar seu dizer, objetivando fazer suas manifestações.

Dessa forma, na pichação, graças aos inúmeros gestos de leitura, é possível percebermos um processo de retomada que demonstra, por meio do interdiscurso, a ideologia de uma sociedade (a brasileira), na qual o professor, de certa forma, não pode, de fato, manifestar-se, mesmo que seja a educação a possibilidade de transformação (ainda que, por vezes, utópica), ou seja, a ideologia revelada pelo dizer é de um posicionamento que tem conhecimento da realidade do professor, do silenciamento, da política que envolve o que é ser professor na sociedade brasileira.

Além disso, por mais que o professor tenha o papel de construir e de informar, o silenciamento, presente nos dizeres dessa pichação, faz surgir reflexões e, conseqüentemente, sentidos outros, já que o silêncio é também garantia de sentidos: como ensinar a pensar criticamente, se não é possível pensar criticamente?; o que o professor não pode falar em sala de aula?; Por quais motivos não pode falar?; Quem diz que ele não pode falar? Nessa pichação fica claro, inclusive, a submissão que é imputada aos sujeitos, através, principalmente, da obediência, que encontra possibilidade de quebra, ou seja, de desobediência, no muro.

Pensada através da noção de silêncio, como veremos, a própria noção de censura se alarga para compreender qualquer processo de silenciamento que limite o sujeito no percurso de sentidos. Mas mostra ao mesmo tempo a força corrosiva do silêncio que faz significar em outros lugares o que não “vinga” em um lugar determinado. O sentido não para; ele muda de caminho (ORLANDI, 2007a, p. 13).

A materialidade discursiva, registrada nesse muro, mostra a busca pela não alienação, de modo que é possível compreender que as pichações se configuram, muitas vezes, como lugares de resistência, produzindo efeitos de resistência na cidade, ao evidenciar sentidos múltiplos de reflexão aos sujeitos que ali circulam, e as condições de produção desses discursos são constitutivas dos sujeitos. Além disso, analisando a materialidade linguística, a personificação da rua revela importante papel no discurso, pois a rua é o lugar da verdade, de circulação do conhecimento, mas não qualquer conhecimento, aquele adquirido por meio da experiência, a rua grita em relação à sala de aula que não pode

falar. Além disso, a sala de aula deveria ser o lugar onde o professor pudesse se manifestar e/ou se expressar, mas no ambiente do exercício da sua profissão, segundo a pichação, ele, em alguns momentos, não pode, ou seja, o sujeito está no contexto adequado à sua função, mas não é totalmente livre, não é porque existe um outro “dizer” mas uma “ausência do dizer”, o professor não é livre para expressar seu posicionamento, é “um silêncio opressor”, na verdade, é um Aparelho Ideológico do Estado (a escola) à mercê de um Aparelho Repressor do Estado (o governo), é a teoria de Althusser: há um amalgama dos dois aparelhos e um predomina sobre o outro.

Nesse sentido, o conceito de ideologia, em Althusser (1985), se faz presente, principalmente quando atrelado aos aparelhos ideológicos de estado, pois declara que a classe dominante, para exercer seu poder, gera mecanismos de perpetuação e de reprodução das ideias. Para o autor, o funcionamento da ideologia acontece através dos Aparelhos Repressores (ARE), que são: o governo, a administração, o exército, a polícia e os tribunais e, também, pelos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE): a religião, a escola, a família, a política, a cultura, entre outros. Contudo, Althusser, ao apresentar diferenças entre os ARE e os AIE, ressalta que não é possível haver um Aparelho exclusivamente repressivo ou ideológico, o que existe é um predomínio de um sobre o outro.

Nessa pichação, por exemplo, é possível notar a presença de Estado quando focamos para o sentido de manifestação por meio da desobediência, da contravenção; enfim, do entendimento de um crime<sup>8</sup>. Por outro lado, ao considerarmos o sentido de manifestação social, um dos primeiros efeitos a se verificar é o da resistência e o da crítica, porque o muro, em dados momentos, é espaço acessível para a fala das minorias. Logo, os sujeitos que picham estão buscando, no muro, um lugar para que consigam ter voz ativa, com o objetivo de inquietar as pessoas, fazê-las refletir, pois a pichação, de forma peremptória, manifesta a reivindicação e a contestação política, ou seja, uma determinada classe busca – por meio da pichação – seus direitos, através da exposição pública.



---

<sup>8</sup>No Brasil, a pichação é considerada vandalismo e crime ambiental, nos termos do artigo 65 da Lei 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), que estipula pena de detenção de 03 meses a 01 ano, e multa, para quem pichar edificação ou monumento urbano (BRASIL, 1998).

O discurso presente nessa pichação relaciona-se com os já-ditos em algum momento, em outro lugar, por exemplo, a ditadura militar, instaurada no Brasil no ano de 1964, aciona a presença da memória discursiva, pois em vez do exército zelar pela segurança do país, nas ruas, estava nas universidades para controlar a aula do professor. Assim, o dito apresenta um vínculo direto com um importante acontecimento histórico do nosso país, que, de certa forma, ainda se faz presente na atualidade. Com a pandemia da Covid19, a conduta do professor também passou por questionamentos, ele saiu das salas de aulas e invadiu as casas; dessa forma, mais que um silenciamento, a pichação revela também uma censura. E isso, principalmente no que se refere à atuação docente. Por isso, essa pichação pode refletir a representação social, de CPs de duas épocas diferentes, e quando relacionados os momentos, possibilitam apreender efeitos de sentido diversos.

Em relação aos muitos posicionamentos ideológicos, Orlandi (2012, p. 143) acrescenta que somos

Determinados pela história, pegos pela necessidade da língua, pela ideologia, estamos condenados, mesmo se não nos damos conta, à relação com a ética e com o político: na posição de responsabilidade em relação aos sentidos, o sujeito tem de “assinar” o que diz, assumir sua interpretação. Numa relação em que se articulam causa e consequência, dominados pela importância que, em nossa cultura, damos à não-contradição, atrás das palavras tem de haver verdade. E a questão é justamente esse “atrás”. Ele nos faz ver que as palavras não são apenas o que parecem, não são só presença. São presença e ausência. São o que parecem e não parecem, são o que dizem e não dizem. Não são evidentes. Não ficam paradas no mesmo lugar. Movimentam-se, deslocam-se, rompem espaços de sentidos fixados. Tentamos solo firme único e, no território das palavras, nos defrontamos sempre com múltiplas versões.

Verificamos também, nessa pichação, uma pontuação “  ” que pode representar uma ideia antagônica enquanto efeito de sentido entre, por exemplo, o posicionamento do professor, que vê (utiliza) o “x”, geralmente, para apontar o equívoco (erro), e o do aluno, que toma esse recurso como a possibilidade de resposta (ao assinalar uma afirmativa, em uma prova). A mesma pontuação “  ” ou o picho em branco, que, para nós, é indecifrável, também

pode funcionar como uma espécie de assinatura do discurso, que, se assim compreendida, evidencia uma forma de driblar as ameaças que a educação sempre enfrentou (ainda mais intenso no governo entre os anos de 2018-2022, isto é, são as condições de produção traduzindo as manifestações discursivas).

Isso reafirma o fato de que as condições de produção, bem como as formações ideológicas e discursivas determinam os sentidos que podem ser compreendidos/apreendidos. Os sentidos, mais uma vez, estão em fuga, por meio da repetição, que os apresenta sob várias formas, a partir de várias FDs, ou seja, os sentidos vão se reformulando, uma vez que o momento histórico é outro, como no caso desta pichação, mas que, no entanto, apresenta uma vivência anterior refletida na atualidade (um sentido outro que retoma/resgata o anterior).

Figura 6: Un patriota un idiotoot  (um patriota um idiota)



**Fonte:** Chile (próprio autor).

Sendo a cidade um lugar simbólico e um lugar de interpretação, os sentidos, a partir dos atravessamentos que interpelam os sujeitos, constituem-se de modo particular. A imagem acima foi capturada em uma rua de pouco movimento, na cidade de Santiago, no Chile, no segundo semestre de 2017. Primeiramente, é válido considerar que há a presença de duas pichações, as quais, inclusive, não podemos afirmar ser do mesmo sujeito ou de um mesmo momento. Uma, que está mais na parte superior da foto, a qual, para nós, não é possível decifrar. Segundo Orlandi (2007, p. 116), “muitas vezes indecifráveis no



imediatos mas sensíveis e sentidos numa história que não se esgota no aqui e no agora”, e a outra, com letras grandes e que, aparentemente, estão ali há algum tempo, proferindo o seguinte dizer: “un patriota un idiota”.

Ao pensar nessa pichação, fazendo referências e inter-relações com acontecimentos e concepções, principalmente, políticas mais contemporâneas, podemos iniciar nossas reflexões já a partir do termo “patriota”, o qual, inicialmente, temos, no sentido denotativo, aquele que ama a sua pátria e que a ela dedica seus serviços e atenção. Contudo, retomando “à deriva” de Pêcheux (2002), esse sentido sofre ressignificação num movimento parafrástico, no qual aspectos ideológicos e político-partidários se fazem presentes, atravessando os sentidos e promovendo ressignificações. Assim, pensando que em 2017 havia a disputa entre a esquerda e a direita pela presidência, no Chile, e, principalmente, que a direita se colocava mais forte, tanto que foi a vencedora das eleições presidenciais em 2018 (presidente eleito Sebastián Piñera, do partido Independente, apoiado pela Chile Vamos), o termo “patriota”, de certa forma, assume um sentido pejorativo, e isso se deve ao fato da própria política adotada pela extrema direita ser de não fortalecimento da democracia, isto é, nessa visão, ser patriota equivale a ser comandado, aquele que não tem voz, muito menos ação.

Em contrapartida, a esse patriota é dada a possibilidade de pensar que sua conduta não é comandada/direcionada por ninguém, a esse sujeito é permitido o efeito de sentido de uma postura em prol do coletivo, quando, na verdade, ele age visando a interesses próprios. Tal reflexão pode ser reforçada pelo uso do recurso de prolongamento da vogal “o”, presente no termo “idiota”, o qual estabelece uma inter-relação com a falta de visão que esse patriota tem ao não se compreender comandado, ou seja, apesar da possibilidade de se fazer uma alusão entre os dois “oo” e os olhos (visão), o que é possível apreender é o sentido contrário dos olhos que enxergam. Esta visão nos remete, por exemplo, ao efeito de uma política neoliberal, pois supõe-se que o homem é um ser voltado para o autointeresse e que atua de forma individual, centrado na ideologia do capitalismo. Conforme Silva e Silva (2009, p. 171),

o Chile foi o precursor do neoliberalismo latino-americano com a ditadura de Pinochet, que aliava autoritarismo, repressão e livre

mercado. No fim dos anos de 1980, com a redemocratização, o movimento de capital na América Latina cresceu vertiginosamente devido à expansão capitalista com o fim do Socialismo. A transnacionalização da economia e a internacionalização do capital engoliram a América Latina, que passou a ser pressionada para implementar a liberalização do comércio e a redução do Estado, aderindo, assim, ao neoliberalismo.

Como podemos observar, mais uma vez, o discurso presente nessa pichação vai além do que está pichado e do que se possa pensar a respeito da pichação enquanto vandalismo; além da consciência política, é notável uma profunda reflexão e compreensão apurada da articulação social de um país. Este movimento nos leva à compreensão de que sérias discussões e acontecimentos podem surgir da postura assumida por uma política que não contempla a democracia e por um “patriota idiota”. Essa relação se mostra muito clara ao nos depararmos com a imagem gráfica de uma bomba, cujo pavio está aceso e, portanto, prestes a explodir, saindo da letra “” do termo “idiot ”. Percebemos, com isso, de acordo com Pêcheux (2002), que a partir da materialidade linguística, os significados são traduzidos na materialidade histórica. Assim, os discursos instauram-se dentro de uma ordem simbólica e histórica da linguagem e da ideologia.

Consequentemente, recorreremos à História visando a explicitar os processos socioideológicos que fazem com que tais lexemas, compreendidos como enunciados integrantes de diferentes discursos, tenham lugar em nosso cotidiano. Os efeitos de sentido desses enunciados revelam conflitos sociais decorrentes dos espaços de enunciação, dos lugares sociais assumidos por diferentes sujeitos socialmente organizados (FERNANDES; DE SÁ, 2021, p. 51).

Ademais, além do ideário liberal, o desenho da bomba, envolto no símbolo anarquista propõe uma resignificação: agora, temos um cidadão menos ligado ao capitalismo e voltado para uma filosofia social não governamental entre os indivíduos de uma sociedade que busca uma liberdade com valor maior. Devido a essa visão deturpada do patriotismo e da política antidemocrática, apreendemos, por meio da materialidade, o sentido de uma política advinda de um movimento anarquista em vias de eclodir. O discurso

instaurado por essa pichação, na realidade, é carregado de sarcasmo e de ironia, uma vez que coloca em questionamento a capacidade, inclusive de ordem intelectual, dos indivíduos sociais denominados patriotas, os quais acreditam numa dominação de ordem coletiva, tirando, ao mesmo tempo, as responsabilidades do Estado.

Logo, a depender das condições de produção e mesmo do espaço geográfico, a sociedade atua como arena das polaridades, abrindo espaço para que a língua aja como o lugar material que produz significados diversos. Nesse sentido, ao estabelecer relação direta com as CPs e com o próprio atravessamento do sujeito que analisa a pichação, sentidos outros são trazidos à tona, ou seja, o acionamento da memória discursiva possibilita a visualização da condição político-social vivenciada também no Brasil, nesta mesma época de 2017, que levou, posteriormente, a extrema direita a vencer as eleições presidenciais no ano de 2018 e, com isso, inter-relacionar o mesmo nível de polarização política na sociedade.

Portanto, a materialidade linguística que se apreende do uso do artigo indefinido ao marcar os substantivos “patriota” e “idiota” representa, simbolicamente, todo e qualquer cidadão que se coloque nessa condição. Esse discurso é acionado não só pelas CPs, mas, também, pela memória coletiva na qual o sujeito está inscrito, ou seja, tanto na pichação quanto nos próprios apontamentos abordados nessa reflexão, fatos exteriores e anteriores se fazem presentes na construção dos efeitos de sentido aqui citados. Existir e resistir devem ser entendidos como movimentos pertencentes a um processo contínuo do viver.

**Figura 7: Il n'y a pas de revolte légale (Não existe revolta legal)**



**Fonte:** França (próprio autor).

O pichador não picha em qualquer parede, a escolha de onde está a pichação é importante. A foto acima é de 2019 e foi capturada na vitrine de uma loja de grife/luxo, na avenida mais importante de Paris, *Champs-Élysées*, no momento em que a cidade mais visitada do mundo, grande centro cultural, turístico e artístico da Europa, palco de inúmeras revoltas, passava pelo movimento dos coletes amarelos, no qual os manifestantes pediam, por exemplo, a redução dos impostos sobre os combustíveis e o aumento do salário mínimo.

Para iniciar esta análise, é necessário retomar, por meio do conceito de memória, a Revolução Francesa, pela própria ideia de revolução e, em especial, pelo fato de tal pichação ter sido coletada na França. Na história, tal revolução foi um episódio muito discutido e falado, já que tratou de uma questão política de imensa relevância para a época em que ocorreu. Exigia-se, principalmente pela burguesia, a garantia de seus direitos políticos, pois essa classe sustentava o Estado, uma vez que o clero e os nobres eram isentos de pagar impostos.

A Revolução Francesa, de acordo com Silva e Silva (2015, p. 367)

é reconhecida como o nascimento da democracia moderna, pois enquanto a sociedade do Antigo Regime se fundamentava na desigualdade entre os homens, surgiu pela primeira vez na história uma revolução que tinha como bandeira a igualdade, a soberania do povo, a liberdade, a ideia de Direitos do Homem.

Assim, a Revolução Francesa foi, de fato, uma mudança de pensamento e, também, de comportamento, não apenas na França, já que sua adesão foi em massa, dando início ao que se conhece como Democracia, nos dias de hoje, em que o povo, por exemplo, passaria a participar da criação de leis. Nesse sentido, não era apenas uma revolução comum, mas, sobretudo, uma revolução que abalou as estruturas até então vigentes socialmente.

Além disso, a Revolução Francesa colocou em queda a Aristocracia, e, ao retomar a pichação "*Il n'y a pas de revolte légale* - não existe revolta legal", escrita na parede de uma loja da Dior, que é uma loja de grife e confecciona produtos elegantes e de luxo, com forte presença internacional, torna-se muito significativo, por estabelecer uma relação direta entre as ideias "não existe revolta legal" e "abaixo a Aristocracia", porque, supostamente, não há como propor mudanças apenas pelos meios ditados nas leis judiciárias, já que as revoltas buscam, justamente, contrapor uma condição já existente ou imposta social e juridicamente, por isso, é preciso que a voz e as ações do povo entrem em cena.

É possível dizer, dadas as devidas proporções, que tanto a revolução como a pichação fazem parte do movimento popular impulsionado pela chamada "extralegalidade". A burguesia, de fato, reivindicava, há tempos, uma reforma na política francesa, que, no entanto, só foi efetivada quando as massas populares

saíram às ruas pela revolta com a situação de miséria que se instalava. A burguesia, antes insatisfeita, assumiu o poder, com várias tentativas de segurar esse ímpeto popular, tentando enquadrar, a partir daquele momento, a revolução dentro de uma legalidade, que era nada mais que a manutenção da ordem burguesa.

Desse modo, a memória nos possibilita refletir e até mesmo contestar até que ponto as condições de produção desses discursos (pichações) podem torná-los discursos marginais e até que passo podemos entendê-los como discurso legitimado. É exatamente nesse ponto que a tarefa do estudioso em Análise de Discurso torna-se efetiva, pois, para a AD, o que interessa é investigar, justamente, o que leva à formulação desses dizeres, muito mais do que definir se trata de uma revolução ou contravenção: não existe revolução dentro da lei?; não existe revolução legal para os manifestantes?; não existe revolução legal contra a burguesia?; há, nessas formulações, possibilidade de mexer com a significação, com a deriva dos sentidos.

A própria ideia do muro evidencia a pichação enquanto construção discursiva, e esse dizer, também, é questionável, pois haverá sempre a discussão a respeito de sua ação e das interpretações possíveis que ela pode gerar, isto é, entrar para o âmbito da insubordinação e, portanto, para a ideia de crime; ou direcionando para o sentido de resistência e luta. Lembrando Pêcheux (2002, p. 50), “Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, lingüisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação”, no caso da pichação, o conjunto dos enunciados e o lugar onde eles são escritos configuram um produto das próprias CPs e, conseqüentemente, o jogo entre efeitos de sentidos possíveis: resistência ou vandalismo.

Daí, a necessidade de um estudo que parte da articulação da linguagem em uso, do posicionamento assumido pelo sujeito, do contexto sócio-histórico e da ideologia. A elaboração dos sentidos e sua percepção não dependem da vontade do sujeito, ainda que ele ache estar no controle dos dizeres, mas sim da relação que se estabelece entre a língua e a formação discursiva. Acerca disso, afirma Indursky (2010) que “língua, nesse domínio de saber, vem, desde sempre, entrelaçada à exterioridade e é concebida como uma materialidade através da qual o ideológico se manifesta”.

Possivelmente, como já mencionado, o muro é espaço acessível para que o dizer assuma posição de propiciar efeitos de sentido ao corpo social. Dessa forma, parte-se do pressuposto de que os sujeitos que picham buscam, por meio do muro e da exposição pública, um lugar para que tenham voz, já que muitos outros espaços não permitem que o dizer seja dito como se quer dizer, isto é, há, muitas vezes, condições de produção que fazem com que se diga da forma como determina as instituições, sejam os Aparelhos Repressores ou os Aparelhos Ideológicos, como mencionados por Althusser (1985), de modo a controlar e, principalmente, a direcionar os discursos, pois

é o gesto da pichação que o representa mais fundamente na sua “vontade” social: o do que sai do silêncio (que lhe nega a página em branco do caderno na escola, ou um lugar social onde se “coloque” profissionalmente, ou um espaço cultural que o acolha em suas manifestações próprias). O sinal gráfico que o põe em contato, antes de tudo, consigo mesmo (a forma da grafia, assinatura, etc), e com os “seus” (as alianças), às vezes aceitas (outras não) pela “gente do bairro”, é o primeiro gesto que o coloca em cena (ORLANDI, 2004, p. 110).

Nesse sentido, os veículos de massa e as classes elitizadas, detentoras do poder, que raramente abrem espaços para as classes minoritárias e, conseqüentemente, para que mudanças sejam efetivadas, fazem com que os discursos, como as pichações, circulem no social em busca de alterar alguns padrões de forma negativa, como um produto de contravenção e, portanto, não deve ser visto, muito menos valorizado. Não há, portanto, revolução legal, porque para que tais mudanças ocorram, aqueles afetados negativamente por elas não abrem espaço nem possibilidades que as façam acontecer.

*“Il n’y a pas de revolte légale”* é uma pichação que representa uma política de resistência e de posicionamento, busca-se mudança social, propondo uma revisão dos valores culturais e políticos nos quais os sujeitos estão dispostos a transformarem a realidade, evidenciando que a sociedade está buscando, com a manifestação no muro, uma revisão das relações sociais estabelecidas. A busca por espaço onde possam ter voz ativa é uma luta por melhores condições de deslocamento, é uma forma de garantir direitos. Mas, além de tudo isso, é o sujeito resgatando o espaço público como um espaço político.

Por que o submisso obedece? Porque não pode fazer de outro modo, porque para ele é impossível desobedecer: a sanção seria imediata e demasiado pesada. Humilhado, demitido, espancado, excluído, rebaixado... Pagaria um preço alto demais. Arriscado demais. Obedece-se porque o custo da desobediência não é sustentável. No fundo, a única razão para obedecer é a impossibilidade de desobedecer. A submissão baseia-se no arbitrário de uma relação de forças desequilibrada, na injustiça de uma relação hierárquica (GROS, 2020, p. 40).

A pichação, portanto, vai contra essa determinação de submissão, pois, de modo geral, a funcionalidade do gênero picho é, para além de sujar paredes, a construção e o posicionamento social de indivíduos esquecidos, ignorados e, como Gros (2020) aponta, indivíduos humilhados, excluídos e rebaixados. E é assim que as revoluções acontecem, quando esse grupo se une para conspirar contra as determinações, por isso, não há mesmo como uma revolução ser legal. Isso é pensar o discurso enquanto prática discursiva, integrando e articulando os sujeitos, o sócio-histórico e o linguístico nas produções. Essa articulação revela também maior proximidade com a memória discursiva referente à revolução, apesar do tempo, os dizeres da revolução ainda se fazem perceptíveis na produção de sentidos outros gerados pelos sujeitos integrantes do processo de enunciação em conjunto com lugar e momento determinado.

Evidencia-se, assim, a própria funcionalidade do gênero pichação, que, conforme Maingueneau (2006), é dado pela construção da cena enunciativa, considerando as construções do gênero, ou seja, as pichações escolhidas demonstram um desejo de resistência, o que constitui um dos objetivos comunicativos desse gênero, além da busca por mudanças, sociais e culturais, possíveis através do discurso, dado, nesse ponto, pela cena englobante. Pelo conceito de cena da enunciação, a função da cena genérica, isto é, cada gênero do discurso, segundo Charaudeau e Maingueneau (2014, p. 96), resulta “uma cena específica: papéis para seus parceiros, circunstâncias (em particular um modo de inscrição no espaço e no tempo), um suporte material, um modo de circulação, uma finalidade etc”, logo, a pichação, ao se colocar em uma loja de luxo, afirmando não existir revolução de forma legal, encontra um lugar apropriado em busca de mudanças.

Nesse sentido, inúmeras formações ideológicas são atravessadas, pois quando se trata de dominação ou mesmo de resistência, a história faz-se presente, justamente porque nenhuma luta ou mudança foi adquirida na espera ou na falta de ação, pelo contrário, há sempre luta. A mudança é, por essa perspectiva, fruto de conflito entre os sujeitos que estão distribuídos no corpo social. Porém, tais mudanças só acontecem por conta, também, das condições de produção, porque, assim como na Revolução Francesa, a pichação demonstra uma sociedade inquieta e insatisfeita, seja por questões culturais ou mesmo sociais. De acordo com Orlandi (2015, p. 54), “assim, todas as vezes que falamos, mexemos nas redes de sentido, e suscitamos as ideologias que se apresentam no interdiscurso”. Logo, os discursos pichados são discursos sociais, que constroem cidade e sujeito ao mesmo tempo.

## CONSIDERAÇÕES

Analisar as pichações é ir além do que já tem de sentidos advindos do pré-conceito ou pré-concebido; analisar as pichações é buscar refletir sobre cidade e seus espaços, por meio do exercício interpretativo e a partir das inter-relações. É graças às pichações que podemos notar uma produção discursiva que nos permite observar a relação entre língua e estereótipo e, conseqüentemente, explorar os efeitos de sentido de subversão, de revolucionário, de marginal, por exemplo.

Que tipo de atravessamentos ideológicos o discurso da pichação sofre? Que imaginário, simbólico e político pertencente a este já dito, é possível formular por meio das pichações? O discurso da pichação revela sujeitos não normalizados, ou seja, não se trata de sujeitos obedientes às regras de conduta. A pichação traduz uma forma particular de pensar e significar, próprio da funcionalidade do gênero discursivo, já que sua função vai muito além de simplesmente colocar tinta ou, para alguns, “sujar” os muros (ou qualquer outro tipo de superfície que comporte esse tipo de escrita, por exemplo, paredes, portas, a pichação é capaz de revelar inúmeros problemas, a partir de aspectos sociais, econômicos e, principalmente, ideológicos. A pichação é um grito social, pois demonstra, dentre tantos possíveis efeitos de sentido, consciência política, por exemplo, além de apresentar, muitas vezes, várias denúncias. A pichação é, portanto, parte do trabalho simbólico do discurso, pois é lugar de inscrição de sentidos. Orlandi (1999c, p. 6) aponta que

podemos perceber essas falas desorganizadas do cotidiano das cidades como lugares em que irrompe a diferença que demanda sentidos. São lugares de resistência. A quê? Ao já significado, ou seja, a isso que chamamos de “discurso urbano” e que se abate sobre o discurso da cidade. O discurso do urbano, para nós, é o discurso constituído a partir da sobreposição do conhecimento urbano sobre a própria materialidade urbana (da cidade).

E por essa razão é um ato revolucionário e não apenas uma contravenção, resultado da formação ideológica, que oferece aos sujeitos possibilidades de interpretação de um mesmo enunciado, pois a ideologia faz com que o sujeito signifique a partir das relações sociais, a cidade é parte

fundamental de um processo real de deslocamento ideológicos do modo de significar e, também, de viver a cidade. Dessa forma, Orlandi (2016, p. 204) afirma que

sujeitos e sentidos se constituem na relação da língua com a história, atravessados pelo inconsciente e pela ideologia. E é como tal que têm suas práticas sociais funcionando no espaço urbano, significando e sendo significado através delas, nas suas diferenças.

Nesse sentido, a partir das pichações, evidenciamos que o sujeito se revela na busca de despertar reflexões acerca das práticas sociais, uma vez que na cidade o discurso urbano constitui-se pelo simbólico da linguagem e pelo político, com as relações de poder. Em vista disso, as pichações, aqui apresentadas, enunciam um discurso que precisa ser ouvido, para que os dizeres marginalizados recebam maior atenção e, ao mesmo tempo, consigam rumos diferentes do que normalmente lhes é proposto.

Em todas as impressões prevalece a idéia de que o sujeito pode atravessar as fronteiras do saber e do poder pela sua força de vontade [...] e completar o dito. Com o silêncio, ultrapassa-se o sentido do não-dito como aquilo que se pode dizer mas não é preciso, ou o não-dito que exclui, para se atingir o funcionamento da significação em que estão em jogo a constituição mesma do processo de significar e o ponto de efeito discursivo de onde falam as “outras palavras” (ORLANDI, 2007a, p. 169).

Além disso, as pichações selecionadas colocam à prova as questões acerca do estereótipo do pichador e nos faz, ao menos, refletir a respeito da possibilidade de uma quebra ou inversão de sentido. De acordo com Maingueneau e Charaudeau (2014, p. 215), o estereótipo consiste em uma “representação coletiva cristalizada”. Amossy (2005) acrescenta que estereótipo é definido como um modelo de representação cultural formado socialmente, ou seja, é a forma como algo ou alguém é categorizado. Isso, segundo a autora, acaba refletindo na maneira como o sujeito irá se projetar no discurso, bem como a forma pela qual o locutor baseará seu discurso.

Na perspectiva argumentativa, o estereótipo permite designar os modos de raciocínios próprios a um grupo e os conteúdos

globais do setor da doxa na qual ele se situa. O locutor só pode representar seus locutores se os relacionar a uma categoria social, étnica, política ou outra. A concepção, correta ou errada, que faz do auditório, guia seu esforço para adaptar-se a ele (AMOSSY, 2005, p. 126).

Para a autora (2005, p. 126), “a comunidade avalia e percebe o indivíduo segundo um modelo pré-construído da categoria por ela difundida e no interior da qual ela o classifica”. O efeito de sentido de quebra do estereótipo ocorre a partir do momento no qual a pichação assume o papel de uma reflexão social. Não há mais espaço para considerarmos a pichação apenas como vandalismo ou depredação de patrimônio público. Os enunciados aqui analisados, de modo geral, apresentam o posicionamento de um indivíduo que, atravessado por todas as situações que o determinam, passa a ser um sujeito social na busca por dizeres que estavam abafados.

Desse modo, pensar a pichação apenas como um crime ambiental, que depreda o patrimônio natural, artístico e cultura (art. 65 da lei 9.605/98 -Lei dos crimes ambientais) é, no mínimo, uma visão restrita de ações existentes dentro de uma sociedade, e que nos permite levantar uma questão fundamental para a definição e entendimento desse gênero: a pichação é considerada associação criminosa para quem?

É importante enxergar as pichações para além do sentido tão cristalizado, inclusive socialmente falando, de vandalismo. Contudo, não queremos com isso tecer um trabalho que faça qualquer tipo de apologia a atos criminosos, mas sim apontarmos para a necessidade de se ampliar os modos de compreensão/leitura desses discursos, os quais, justamente, por se fazerem presentes em espaços urbanos, traduzem aquilo que é da cidade e do que a constitui.

É o desejo de falar, de exteriorizar, de manifestar, de resistir. A pichação é a manifestação do eu na busca do coletivo. É sentido sendo construído a partir da relação sujeito e meio social. É urbano. É político. Os enunciados, ainda que provenientes de uma situação de estereotipagem, são políticos e apresentam dizeres que não estão sendo ouvidos, de tantas outras formas, principalmente pelo Estado, conforme percebemos na pichação a seguir.

**Figura 8: Resistência**



**Fonte:** Brasil (próprio autor).

Talvez seja essa a verdadeira motivação e função desempenhada por esse gênero discursivo picho: a função de resgaste social e reflexão social. Ser resistência e resistir.

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. 2 ed. Trad. de Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Trad. Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005.
- AMOSSY, Ruth. *Apologia da polêmica*. Trad. Mônica Magalhães Cavalcante, Rosalice Botelho e Wakin Souza Pinto. São Paulo: Contexto, 2017.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Trad. Leci Borges Barbisan e Valdir Nascimento Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- BACCEGA, Maria Aparecida. *Palavra e discurso: história e literatura*. 2 ed. São Paulo: Ática, 2007.
- BAKHTIN, Mikhail. *A estética da criação verbal*. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BESSA, Bráulio. *Poesia que transforma*. Rio de Janeiro, Sextante, 2018
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 6 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- BRASIL, Lei 9.605/98, Art. 65, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm)
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Trad. Fabiana Komesu. 3 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2014.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Trad. Fabiana Komesu. 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015.
- COSTA, Nelson Barros (Org). *Práticas discursivas: exercícios analíticos*. Campinas: Pontes Editores, 2005.
- COURTINE, Jean-Jacques. Analyse du discours politique. *Langages*, Paris, Larousse, n.62, 1981.
- COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCAR, 2014.
- Cronologia: Covid-19/Dois anos: Principais acontecimentos da pandemia em Portugal. *Antena Livre*, 26 fev. 2022. Disponível em: <https://www.antenalivre.pt/covid-19/covid-19-dois-anos-principais-acontecimentos-da-pandemia-em-portugal>. Acesso em: 5 fev. 2023.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes Editores, 1987.

FERNANDES, Claudemar Alves; DE SÁ, Israel. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1998.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2017.

FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2021.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Org. Roberto Machado. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*, Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análises do discursos: lugar de enfrentamentos teóricos. In: FERNANDES, Claudemar Alves; SANTOS, João Bosco Cabral dos. *Teorias Linguísticas: problemáticas contemporâneas*. 2 ed. Uberlândia: EDUFU, 2015. p. 23-27.

GROS, Frédéric. *Desobeder*. Trad. Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

GUIMARÃES, Elisa. *Texto, discurso e ensino*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

INDURSKY, Freda. *Estudos da linguagem: língua e ensino*. Revista Organon, Porto Alegre: Dionéia, 2010.

KOCK, Ingedore G. V. e ELIAS, Vanda M. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. São Paulo: Contexto, 2009.

LACAN, Jacques. *O Seminário livro II – Os Escritos Técnicos de Freud (1955)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1987.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso literário*. Trad. Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. *Doze conceitos em análise do discurso*. Organização Sírio Possenti, Maria Cecília Perez de Souza e Silva. Trad. Adail Sobral et al. 3 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Maria Cecília Perez de Souza e Silva et al. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

MAINGUENEAU, Dominique. Pertinence de la notion de formation discursive em Analyse de discours. *Dans langage et société*, 2011b (nº 135), pages 87-99.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. *Variações sobre o Ethos*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2020.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MAZIÈRE, Francine. *A análise do discurso: história e práticas*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MEDEIROS, Caciane Souza de. *Sociedade da imagem: a (re) produção de sentidos da mídia do espetáculo*. Santa Maria: UFMS, PPGL-Editores, 2013.

MITTMANN, Solange. Nem lá, nem aqui: o percurso de um enunciado. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: Mussalim, Fernanda; Bentes, Anna Christina (Org.). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.

OLIVEIRA, Esther Gomes; MACHADO, Rosemeri Passos Baltazar. O ethos em(cena): a força argumentativa do humor. *Verbum*, São Paulo, n3, p. 4-24, 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Trad. Bethania S. C. Mariani et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *O que é lingüística?* São Paulo: Brasiliense, 1999a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. N/O limiar da cidade. *Rua*, v. 5, p. 7-19, 1999b.

ORLANDI, Eni. "A desorganização cotidiana". *Escritos. Percursos sociais e sentidos nas cidades*, n. 1. Campinas: Labeurb/Nudecri, Unicamp. p. 3-10, 1999c.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5 ed. Campinas: Pontes editora, 2007b.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 6 ed. Campinas, SP: Pontes Editora, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4 ed. Campinas: Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Ciência da linguagem e política: anotações ao pé das letras*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 12 ed. Campinas: Pontes, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia*. 3 ed. Campinas: Pontes, 2016.

PÊCHEUX, Michel. L'étrange miroir de l'Analyse du Discours. *Langages*, Paris, n. 62, p. 5-8, juin. 1981.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Caderno de estudos linguístico*, Campinas, Unicamp, n. 19, p. 07-24, [1982] 1990.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento?* Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa, Silvana Mabel Serrani. 4 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

SILVA, Adriana Pucci Penteadó de Faria e. Bakhtin. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, p. 45-69.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2015.

SOUZA, Sérgio Augusto Freire. *Conhecendo análise de discurso: linguagem, sociedade e ideologia*. Manaus: Editora Valer, 2006.

SPINELLI, Luciano. Pichação e comunicação: um código sem regra. *Logos*, Rio de Janeiro, n. 26, ano 14, p. 111-121, 2007. Disponível em: <<http://www.logos.uerj.br/PDFS/26/08lucianospen.pdf>>. Acesso em: 23 Mar. 2017.

VAN DIJK, Teun Adrianus. *Discurso e poder*. Organização de Judith Hoffnagel e Karina Falcone. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2017.